

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 31 DE MARÇO DE 2009

NÚMERO 6.012

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Darci de Matos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Pedro Uczai - Presidente
Elizeu Mattos - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2012
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 020ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 25/03/2009.....2

Atos da Mesa
Ata da Presidência DI.....19

Publicações Diversas
Avisos de Resultado.....20

PLENÁRIO

ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Presta homenagem a Valdemar Felski; aborda Projeto de Lei n. 0265/08, de sua autoria, uma alternativa viável para o descarte do óleo de fritura.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Fala da importância do PL n. 0265/08, do deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Faz referência à passagem do Dia Internacional da Água, pedindo ao governo uma política de investimentos em esgoto sanitário.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Justino da Luz e Francisco Alves, de Jaraguá do Sul.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Manifesta-se sobre experiência de utilização do lixo, no vale do Rio do Peixe; aborda o Código Ambiental; fala do programa federal Minha Casa, Minha Vida; refere-se à conquista, pelo bairro Monte Cristo, de um espaço de lazer.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença do vereador Gilmar Esser e de Pedro Paulo Lins, de Pouso Redondo, e de Domingos Sávio da Silva, de Trombudo Central.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Registra a presença do ex-vereador Pupo, de Guarimirim; discorre sobre o artigo Código (Anti) Ambiental de Santa Catarina.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Anuncia a presença do deputado federal Luciano Zica.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Deseja boas-vindas ao deputado Luciano Zica.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Aborda o Pacto de Istambul sobre a Água; fala do seminário O Futuro da Água em Santa Catarina: Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (aparte) - Refere-se à sua emenda ao Código Ambiental.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Ponte Serrada.

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se ao Dia Mundial da Tuberculose; aborda o lançamento do programa Território da Cidadania, no planalto norte.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Parabeniza o deputado Antônio Aguiar por abordar o tema da tuberculose.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Aborda audiência pública para tratar da instalação do pedágio em Palhoça.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Refere-se à questão do pedágio em Palhoça.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discorre sobre viagem à Espanha e Itália com o prefeito de Laguna e também cumprindo agenda com o governo estadual; fala do Código Ambiental.

DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Refere-se à falta de médico legista em São Bento do Sul e à necessidade de câmeras de vigilância no município; aborda situação da Segurança no estado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Fala de providências já tomadas quanto à questão do médico legista para São Bento do Sul.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Presidente

Getúlio, Nilson Francisco Stainsack, do secretário de Administração e de lideranças do município.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra a presença de vereadores de Ponte Serrada; manifesta-se sobre a operação da PF no vale do rio Tijucas, vale do rio Itajaí-Mirim e vale do Itajaí-Açu.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença do vereador Paulo Gabriel, do prefeito Rudinar Francisco Guth e do secretário de Administração, Sidnei Carlos Bernard, de Tigrinhos.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Ponte Serrada: Gilson Damaceno, Jurandir de Souza Bueno e Pedro Chinatto.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Fala sobre figuras proeminentes do PSDB em nível nacional: José Serra e Aécio Neves; aborda candidatura de Leonel Pavan ao governo do estado; discorre sobre o problema de demarcação de terras indígenas em Araquari.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Discorre sobre o Dia Internacional de Protesto Contra a Corrupção; fala sobre corrupção.

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Pede que seja feita a leitura da emenda substitutiva global ao PL n. 0151/2008, de autoria da deputada Ada De Luca, que trata das condições de funcionamento dos gabinetes de tatuagem e *piercing*.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Como autora da emenda substitutiva global ao PL n. 0151/2008, faz um resumo do teor da emenda.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Pede que deputada Ada de Luca, autora do PL n. 0151/08, explique a matéria aos parlamentares.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Posiciona-se sobre o PL n. 0151/08, de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Manifesta sua posição acerca do PL n. 0151/08, de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Reporta-se à Indicação n. 0143/09, de sua autoria, pedindo a instalação de uma Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente em Jaraguá do Sul.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Pede permissão ao deputado Nilson Gonçalves para subscrever o Requerimento n. 0263/09, cumprimentando o secretário da Educação pelo seu aniversário, e o Requerimento n. 0265/09, cumprimentando o presidente da Associação Empresarial de Guaramirim pela posse no cargo.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do vereador Roberto Prebianca, de Ilhota.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Discute moção de sua autoria, a ser enviada ao presidente da República, ao vice-presidente e ao Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo iniciativa de lei que disponha sobre instalação de *chip* em máquinas e implementos agrícolas para a sua identificação e localização.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença do vereador Robert Prebianca, de Ilhota.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute pedido de informação de sua autoria, a ser enviado ao secretário da Justiça, pedindo informações sobre o funcionamento do presídio de Rio do Sul.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Reporta-se ao pedido de informação do deputado Joares Ponticelli, pedindo

informações sobre o funcionamento do presídio de Rio do Sul.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Refere-se aos investimentos do governo na Segurança Pública.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Refere-se ao presídio de Rio do Sul.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de São Bento do Sul e de Jaraguá do Sul.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Urubici.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Campo Erê.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Botuverá e de Urubici.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Aborda a trajetória do clube Metropolitano, de Blumenau.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Caçador e de Campo Erê.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Tece considerações sobre o movimento dos aposentados e pensionistas do país.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Refere-se à pesquisa do *Datafolha* sobre o governador com melhor desempenho; aborda a operação Arrastão da Polícia Federal.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à luta pelo cumprimento da Lei 254.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Aborda o movimento dos praças pelo pagamento da Lei 254.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Registra sua participação em encontro realizado pela CEF para qualificar profissionais da área pública.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Reporta-se à importância da qualificação de profissionais da área pública.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Aborda a pesquisa *Datafolha* sobre os governos estaduais; critica colocações do deputado Joares Ponticelli sobre o governador.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli sobre o governador.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Registra os 18 anos de criação do Mercosul; registra encontro do Bloco Brasileiro da União Parlamentar do Mercosul, que será realizado em Florianópolis.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Comenta a operação Arrastão da Polícia Federal; aborda os investimentos do governo federal em habitação popular; refere-se ao Código Ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, eu gostaria, inicialmente, de fazer, na data de hoje, uma homenagem toda especial ao meu amigo Valdemar Felski, que nesta semana completa exatamente 70 anos como farmacêutico, 70 anos atrás de um balcão receitando, orientando, defendendo a saúde do povo blumenauense, ele, que começou, aos 11 anos, trabalhando na farmácia e hoje, com 81 anos, continua na ativa

como farmacêutico, ali no bairro da Velha, na cidade de Blumenau.

Quero aqui, com muita satisfação, parabenizar o nosso farmacêutico Valdemar Felski, por essa conquista, imagino eu, inusitada pelo menos na cidade de Blumenau!

Eu gostaria de registrar que o projeto de lei que apresentamos, quando da nossa primeira passagem por esta Casa, encontra-se na Câmara Técnica de Resíduos Sólidos do Conselho Estadual do Meio Ambiente. E registro isso, em especial, porque nesta semana comemoramos o Dia Mundial da Água, data criada pela ONU há pouco mais de uma década e que evoca algumas reflexões.

Sabemos que embora 2/3 do planeta Terra sejam formados por esse precioso líquido, apenas 0,008% dessa água é potável! Repito, apenas 0,008% da água que temos no planeta Terra é potável! E sabemos que a água é a seiva do nosso planeta, condição essencial à vida, uma herança dos nossos antecessores e um legado que, por certo, faremos aos nossos sucessores.

Quando se fala em água, fala-se nas medidas de prevenção, na economia, na reutilização, na preservação dos mananciais e, sobretudo, na questão da poluição, evitando que os nossos rios e as nossas nascentes sejam envenenados. E aí vem a justificativa pela qual apresentamos o Projeto de Lei n. 0265/2008, uma alternativa prática, uma alternativa viável para o chamado descarte do óleo de fritura.

Na verdade, quando nos debruçamos sobre esse projeto, queríamos fazer um acréscimo à Lei n. 14.330/2008, que já foi aprovada nesta Casa, que instituiu o Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos. Sabemos que hoje, no Brasil, consomem-se anualmente três bilhões de litros de óleo de cozinha, deputado Professor Grando, e v.exa. que esteve recentemente em Istambul numa conferência sobre a água, e desses bilhões de litros de óleo consumidos no Brasil, 17% são jogados na terra e, segundo as pesquisas, 26% vão para o ralo da pia. Essa é a situação.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado Ismael dos Santos, com relação ao programa que visa fazer com que o óleo de cozinha não vá para as nossas águas, quero dizer que há uma experiência que está sendo desenvolvida, já há alguns anos, nos restaurantes em torno da nossa Lagoa da Conceição, principalmente na região da Costa da Lagoa.

Por isso, o seu projeto é muito importante, pois está viabilizando, em forma de lei, a grande meta desse programa da Universidade Federal de Santa Catarina, desenvolvido juntamente com a comunidade, inclusive na reciclagem e no reaproveitamento desse óleo utilizado e guardado pelos restaurantes, para não poluir a lagoa, que ainda é muito piscosa.

Mas mais do que tudo isso, da importância da água, neste ano em que comemoramos a teoria da evolução de Darwin, é importante saber que em nosso DNA, que é invisível, já está contida a água, pois somos fruto da evolução e ao nascermos já há água dentro de nossos corpos.

Então, vejamos o quanto ela é importante e o quanto temos que observar e cuidar.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado, pela essa contribuição e pela reconhecida sapiência na área da ecologia.

Eu dizia ainda, sobre os dados estatísticos, que basta uma gota de óleo para contaminar 25 litros de água, sendo que um litro de óleo contamina um milhão de litros de água. Ora, esse é o consumo de uma pessoa durante 14 anos da sua existência, da sua biografia! Então, só por isso o óleo de cozinha acaba, está provado cientificamente, criando uma barreira que dificulta a entrada de luz na água, comprometendo a cadeia alimentar aquática. Na questão do tratamento de esgoto, o detrito impregnado pela gordura acaba provocando a incrustação nas paredes da tubulação e, conseqüentemente, a obstrução das redes coletoras.

Por tudo isso eu quero fazer um apelo à Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, que é quem está analisando esse projeto que foi encaminhado pela Assembleia Legislativa, junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, no sentido de acelerar essa averiguação, para que possamos dar continuidade a esse processo nesta Casa.

O que nós queremos, efetivamente, é a destinação correta, segregando esse resíduo e enviando-o para postos de coleta, que posteriormente vão trabalhar na recuperação, quer na indústria de sabão, quer na indústria do biodiesel.

Em síntese, o nosso projeto prevê que todo estabelecimento comercial que vender acima de 500 litros de óleo de cozinha/mês deva ter obrigatoriamente um posto de coleta.

Esperamos contar com o apoio desta Casa para a sua aprovação.

Obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sra. presidenta, srs. deputados e sras. deputadas, na mesma linha do deputado Ismael dos Santos, que está preocupado com a questão ambiental, quero fazer referência também à passagem do Dia Internacional da Água, comemorado no dia 2 de março, e avançar um pouco no que diz respeito às decisões, aos projetos que são de competência do governo e outros que são ações da população, da sociedade civil.

Começo atendo-me à preocupação de toda a população, dos governantes, dos municípios, dos estados e da União. Todos nós, deputado Ismael dos Santos, ouvimos todos os dias que temos que preservar as nascentes; que temos que deixar 10m de distância às margens dos rios; que não se pode plantar; não se pode cortar. Tudo isso tem seu fundamento. Evidentemente, dentro de um parâmetro de inteligência e bom senso, temos que preservar esse líquido precioso e indispensável à sobrevivência humana, mas é preciso lembrar, srs. deputados e sra. presidente, que, além de preservar e evitar, temos que tomar decisões firmes nas políticas públicas no que diz respeito à competência no poder público municipal, estadual e federal. Refiro-me ao esgoto sanitário.

Temos que preservar e, ao mesmo tempo, emitir esgoto em nossos mananciais, em nossos riachos, em nossos rios, em nosso mar, em nossas praias. Que discurso é esse? Demagogia! Porque ao mesmo tempo em que falamos em preservar, estamos poluindo a nossa própria água! Não há uma política de investimentos em esgoto sanitário, com exceção de alguns municípios, com exceção da disponibilização de recursos do governo federal. Santa Catarina, belíssimo estado, povo ordeiro e trabalhador, de economia diversificada, de tradições culturais, que está entre os

primeiros estados do Brasil, tem apenas aproximadamente 10% de esgoto sanitário. E não há programa, não há projeto, ou melhor, não há execução de projetos com investimento por parte do estado em esgoto sanitário.

O esgoto sanitário ou o saneamento básico, como um todo, é de competência e de responsabilidade do poder público. Não é possível que passemos décadas e décadas e não se aporem recursos para investir em esgoto sanitário. Comprovadamente, a cada real investido em esgoto sanitário economizam-se R\$ 4,00 em consultas, exames, internamentos e assim por diante.

Por outro lado, não dá para compreender por que os municípios, o estado e a união não fazem uma campanha permanente, educativa e, ao mesmo tempo, implantam uma política pública preventiva e fiscalizadora.

O que eu quero dizer é que a sociedade como um todo não pode também se permitir ou se achar no direito de colocar o lixo às margens das ruas, das estradas, nas áreas que ainda têm mata ou não, e nós temos provas de que isso infelizmente continua acontecendo. Aqui nós temos, no jornal *A Notícia*, uma foto que retrata bem a nossa realidade, deputados Padre Pedro Baldissera e Kennedy Nunes, ou seja, a colocação de pneus às margens dos rios.

Como vemos, outros produtos são colocados em vários lugares, não só em Santa Catarina, evidentemente, como, por exemplo, pilhas, papel, inseticidas e medicamentos. E, para se ter uma idéia, uma folha de papel pode demorar de três a seis meses para se decompor; um chiclete leva cinco anos, o plástico e o metal levam mais de 100 anos e o vidro leva um milhão de anos para se decompor.

Essa é uma matéria do jornal local de São Bento do Sul, o jornal *A Gazeta*. Mas é muito importante ressaltar que cabe à sociedade não agredir o meio ambiente, desde que o Poder Público crie condições, disponibilize equipamentos, recursos, e recursos humanos também, para que uma vez por mês uma equipe com equipamentos, com caminhões possa percorrer os bairros de cada município e fazer o recolhimento, a fim de que essas famílias não joguem geladeiras, fogões, pneus e bicicletas nas ruas, pois quando vem a chuva para onde isso é levado? É levado para os nossos mananciais, para os riachos, para os rios, o que irá, obviamente, contaminar as nossas águas.

Então, volto a repetir que o estado, a União e os municípios têm como competência realizar obras e resolver o problema do esgoto sanitário e do saneamento como um todo. A sociedade há de cooperar, desde que se faça uma campanha permanente e implante-se uma política pública para atender à população, disponibilizando essa condição para que se faça o recolhimento do lixo. Porque é difícil, sra. presidente e srs. deputados, um município que não tenha coleta de lixo doméstico, que não percorra as ruas e que as famílias não possam, evidentemente, colocar esse lixo depositado em recipientes ou sacolas, vamos dizer assim, para ir ao seu destino final, ou seja, o aterro sanitário.

É por isso que faço um apelo ao governo do estado, no sentido de que implante uma política definitiva de investimentos em esgoto sanitário, pois certamente o estado vai economizar recursos da população e gastar menos em remédios, em consultas, em exames e em internamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peça a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, eu gostaria apenas de registrar a presença dos vereadores Justino da Luz e Francisco Alves, de Jaraguá do Sul, que nos estão visitando hoje nesta Casa. Eles estão aqui buscando a questão dos recursos das enchentes do município de Jaraguá do Sul, que está demorando.

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Sejam bem-vindos a esta Casa, vereadores!

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente e srs. deputados, trago à tribuna desta Casa, na tarde de hoje, alguns temas que são importantes, cada um no seu conjunto, na sua realidade.

Mas quero dizer que existe uma experiência extremamente rica e importante no que diz respeito ao meio ambiente, que está sendo feita por uma empresa no vale do Rio do Peixe, sobre a utilização do lixo, em que está sendo buscada à luz de um trabalho que vem sendo realizado no Rio de Janeiro, na construção de uma termoelétrica a partir do lixo que não é reciclado nos municípios.

Eu estive visitando, nos últimos dias, essa empresa e quero, em outro momento, trazer ao plenário essa rica experiência que, além de produzir a energia para a auto-sustentação da empresa de reciclagem de papel, pode ainda vender o excedente e tocar toda a sua produção, a sua despesa, o seu trabalho.

Acredito que essa experiência alternativa poderá amenizar enormemente o impacto ambiental em muitos municípios, que às vezes não sabem o que fazer com o lixo que é produzido nem sabem dar um destino adequado a ele.

Hoje em dia, a questão ambiental remete-nos a refletir sobre cada ação, cada atitude que vamos tendo com relação à questão. Às vezes, achamos que resolvemos os problemas dos nossos agricultores flexibilizando mais ou menos a legislação. E sabemos que o problema do nosso agricultor lá na ponta é uma questão de renda. Essa é a questão fundamental do nosso pequeno agricultor, porque se ele cultivar a terra, os seus quatro, seis ou oito hectares e, com mais o custo/produção, sobrar-lhe renda para sua sobrevivência e sua dignidade, com certeza preservar meio hectare ou um hectare não vai fazer diferença nenhuma para ele. O que ele quer é a renda do seu trabalho, da sua produção, e é isso que hoje ele não está tendo. Ele não tem renda! Pode trabalhar 20 hectares, mas não consegue fazer sobrar nada. E o agricultor que lá trabalha a terra precisa que sobre renda para ele poder tocar a sua vida.

Na iminência do debate do Código Ambiental nesta Casa, em nenhum momento realça-se essa questão que, no meu modo de ver, é estratégica e fundamental. Se são cinco, dez, um ou 20m, com toda certeza não vai ser isso que incrementará a renda do nosso agricultor que lá cultiva e trabalha a terra. É preciso discutir outras questões.

Temos muitos agricultores que, infelizmente, no dia-a-dia, no diálogo que mantemos, percebem que estão sendo iludidos, achando que o Código Ambiental vai resolver os seus problemas, que eles não terão mais problemas, que terão uma vida muito mais tranqüila e dinheiro de sobra, porque o Código Ambiental vai dar-lhes essa garantia.

Então, é preciso buscar com maior profundidade e clareza o que realmente o Código Ambiental vai proporcionar e trazer.

Mas fora isso, há duas questões. O presidente Lula está lançando o programa Minha Casa, Minha Vida. É R\$ 1 milhão destinado a esse programa tão importante, porque para falar da minha casa, é ter que falar das condições que a cercam. Não é só falar do espaço que a pessoa vai habitar; é falar de saneamento básico, é falar de iluminação, é falar da rua, é falar da escola. É a dignidade! E fala-se da cidadania, da inclusão social! Não é só falar do espaço que a pessoa vai morar. É falar de um conjunto de políticas que deve ser implementado para garantir a inclusão social do cidadão, da cidadã, da família que lá está. Isso é questão de justiça.

Lança-se aí um programa extremamente fantástico, porque nesse programa inclui-se também uma série de outras políticas que visam ao bem-estar de toda a família.

E dentro disso, nós tivemos, em 2007, em 20 de setembro, aqui em Florianópolis, na capital, no bairro Monte Cristo, uma audiência pública reivindicada pela sociedade daquele bairro onde há centenas e centenas de pessoas que moram e que naquela ocasião reivindicavam um espaço público da Cohab. E naquela audiência pública tirou-se o encaminhamento da garantia de um espaço para o lazer, para a formação daquelas famílias que lá vivem.

É claro que as famílias queriam todo o espaço de 25.000m², mas o governo do estado entendeu repassar para aquela população uma parte. E no próximo domingo a comunidade será agraciada, não na sua totalidade, mas parte dela, com a construção desse espaço de lazer, de convivência, de formação e de capacitação daquelas famílias. Acho que isso tem sido um avanço coletivo da organização, da luta, da reivindicação daquelas famílias do bairro Monte Cristo.

Estou aqui para parabenizar e reconhecer a organização daquelas famílias, a luta, a busca e a insistência para que pudessem usufruir de um direito.

Parabéns a vocês todos! Uma boa luta e façam bom proveito desse espaço que é de vocês!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do vereador Gilmar Esser e de Pedro Paulo Lins, de Pouso Redondo, bem como de Domingos Sávio da Silva, do município de Trombudo Central, que acompanham os trabalhos da Assembléia Legislativa, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima. Antes, porém, passamos a Presidência ao deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e parlamentares presentes, aproveito para registrar a presença do vereador Pupo, do município de Guaramirim, que foi nosso candidato a deputado estadual na última eleição, representando magnificamente o Partido dos Trabalhadores.

Nós estamos, sociedade catarinense, na iminência de votar aqui o Código Ambiental, na semana que vem. E apesar de todos os debates internos, as discussões e as audiências públicas, o papel do Partido dos Trabalhadores foi, é e será no sentido de contribuir com um código que seja visionário,

que tenha amplitude não apenas social, mas que tenha amplitude na preservação da vida, não se olhando apenas o momento presente, mas avaliando a história do mundo com as questões ambientais.

Tivemos, no ano passado, uma catástrofe em Santa Catarina, e os estudos da Epagri e da Universidade Federal mostraram que, diferentemente de muitos argumentos que, inclusive, foram ditos nesta Casa, aquilo foi resultado, quase que na sua magnitude, da ação humana, muitas vezes da ação irresponsável do estado e dos gestores públicos dos municípios, ao não observarem e fiscalizarem nitidamente as ocupações indevidas de áreas, ao não trabalharem pela preservação dos rios com matas ciliares.

E aqui eu vou ler um artigo escrito pelo dr. Luiz Eduardo Souto, promotor de Justiça e coordenador-geral do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público de Santa Catarina. O artigo foi apresentado no seminário Ambientais 2009, entre os dias 17 e 19 deste mês, e diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Código (Anti) Ambiental de Santa Catarina" - dependendo do que aqui votarmos.

"Transcorridos pouco mais de três meses das catástrofes que assolaram o estado de Santa Catarina, em razão das fortes enxurradas e dos descuidos do homem com o meio ambiente, provocando enchentes de toda ordem, deslizamento de encostas, dezenas de mortos e milhares de desabrigados, além de gigantescos prejuízos econômicos ao Estado, parece que a tragédia sensibilizou o Brasil e o Mundo, mas não a maioria dos deputados catarinenses, determinados que estão para a aprovação do Código Ambiental, PL 0238.0/2008, prevista para o próximo dia 31 de março na ALESC.

Das inúmeras alterações realizadas pelo Governo do Estado à minuta inicialmente elaborada por representantes de diferentes segmentos da sociedade civil, entidades públicas e privadas, a mais grave e perigosa de todas as alterações, sem sombra de dúvidas, está na redução das matas ciliares situadas às margens dos cursos d'água, de 30 para 5 metros. A mobilização do setor produtivo, com o apoio explícito do Governo, é enorme e bem articulada, confundindo significativamente a opinião pública."

Cabe ressaltar que nós, do PT, defendemos a questão de áreas consolidadas, porque principalmente no alto vale, onde temos produtores de arroz, sabemos que há pequenos produtores e que às vezes os cinco metros fazem falta, deputado Décio Góes. Mas eles têm área de compensação e nós precisamos trabalhar e tratar essas diferenças em cada localidade.

(Continua lendo.)

"O argumento utilizado é o prejuízo econômico que as áreas de preservação permanente - APPs, situadas ao longo dos rios, ocasiona com a perda de área produtiva na pequena propriedade rural." Nós, do PT, em hipótese alguma vamos ser contra o pequeno produtor rural! "Segundo informações do Levantamento Agropecuário Catarinense - LAC - , 89% das propriedades agrícolas de Santa Catarina são minifúndios de até 50 hectares"[...], e representam, aproximadamente, 160 mil propriedades rurais com menos de 50 hectares.

Agora, observem a discrepância que existe no território catarinense:

(Continua lendo.)

"É o argumento é que uma parcela destes está sendo economicamente afetada pelas regras ambientais vigentes."

Porém, o que poucos sabem em

Santa Catarina - e provavelmente a maioria dos deputados desta Casa -, segundo o próprio levantamento agropecuário catarinense, é que dos seis milhões de hectares que servem à produção agrícola, deputado Professor Grandó, 32,52%, ou seja, 1.951 milhão de hectares, pertencem a 1,9% de proprietários rurais. Não há 2% do estado catarinense de produtores que representam propriedades. Vejam: 1.951 milhão de hectares pertencem a menos de 2% de produtores representando grandes latifúndios.

(Continua lendo.)

"[...] Este dado deixa explícito que os principais interessados" - e tenta-se colocar, ou usar, os pequenos produtores sob a ótica da defesa dos grandes - "com a mudança legislativa não são os pequenos agricultores (que representam 45,68% da extensão fundiária), e sim os grandes." E que serão os maiores beneficiários, permitindo que de vez extermine-se a Mata Atlântica, que permanece e mantém a água necessária para o futuro das nossas gerações.

(Continua lendo.)

"Com a lei, toda a sociedade catarinense abdicará para sempre de boa parte deste importantíssimo bem ambiental que a todos pertence (as matas ciliares), cuja função prioritária está na preservação dos recursos hídricos, essencial à sobrevivência humana, renúncia esta que servirá, de forma especial, a uma minoria economicamente privilegiada. É justo que isso ocorra? O que poucos sabem, pasmem, e que o pequeno agricultor familiar, e somente ele, em vista do reconhecido interesse social da sua atividade, já possui autorização legal, pelo próprio Código Florestal (Lei 4.771/65) que se pretende revogar, para economicamente utilizar as áreas de preservação permanente, desde que o faça mediante um sistema de manejo agroflorestal sustentável."[...][sic]

Ou seja, a legislação do Código Florestal já permite que os pequenos produtores, cuja propriedade tem função social, utilizem desse termo de ajuste, podendo continuar produzindo no estado de Santa Catarina.

Agora, o que não dá para se fazer no Código é dizer que uma grande produtora de pinus planta pinus com a função social, desmatando locais onde haja pontos d'água que permitam a permanência dos rios.

É muito claro: na região de Blumenau percebe-se onde há mata ciliar e onde não há. Onde há mata ciliar, há preservação de território; onde não há simplesmente há assoreamento do rio e as consequências desse desmatamento, deputada Ada de Luca.

Nós temos que ter muita responsabilidade. E não adianta dizer que nós aqui teremos que considerar as propriedades das agroindústrias iguais às do pequeno produtor rural. No debate que estamos fazendo nesta Casa, deputado Moacir Sopelsa, nós temos interesses comuns. Agora, não podemos deixar de olhar para frente, porque as futuras gerações dependem de um bem fundamental, que são as condições hídricas do estado, com a preservação da água, a preservação dos rios. E, principalmente, temos que ter claro que, da forma como está apresentado esse Código Ambiental, é de muito mais interesse desses menos de 2% dos catarinenses que são proprietários de latifúndios, do que do pequeno produtor.

Portanto, vamos ter até semana que vem aqui um grande debate, e temos que ter a clareza para no dia, com a consciência tranquila, olharmos para frente e votarmos pela sociedade catarinense e por um país que preservamos, lutando pelo seu desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon -
Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu queria anunciar a presença do deputado federal Luciano Zica, do estado de São Paulo, meu amigo do tempo da Câmara Federal que hoje acompanha os trabalhos da Assembleia Legislativa.

Gostaria de saudá-lo, agradecendo a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica registrada a presença do deputado! Saiba que a Casa está à sua disposição!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Queremos também nos somar a esse registro do deputado Serafim Venzon, como líder da nossa bancada. O deputado almoçou conosco e podemos dizer que é um deputado já por três mandatos e que contribuiu muito na discussão federal de vários temas na questão ambiental, tendo um amplo conhecimento. Inclusive, deu-nos algumas sugestões no nosso debate aqui sobre o Código Ambiental.

Então, seja bem-vindo, grande líder de São Paulo, deputado federal Luciano Zica!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito bem, fica registrada também, por parte do deputado Dirceu Dresch, a presença do deputado federal Luciano Zica. É um prazer tê-lo aqui nesta Casa.

Ainda em Breves Comunicações, inscrito o deputado Professor Grandó, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados e companheiras deputadas, hoje eu trago o Pacto de Istambul sobre a Água, que é o resultado do encontro de mais de 20 mil participantes de todo o mundo. E junto a esse encontro também tínhamos a exposição do que há de mais avançado na preservação da água, no tratamento d'água, na urbanização tanto na água como parte essencial da vida, como na parte da questão do saneamento. E, pela primeira vez, deixa-se claro que o saneamento é tão importante quanto à água, que é vida.

Nós precisamos deixar claro que o saneamento é fruto da evolução, uma vez que mais de 50% da população vivem em cidades e nos núcleos ao redor das cidades. É necessário, sempre que se pensar em água, pensar de forma intensiva e igualmente a questão do saneamento.

Por quê? Um exemplo prático está aqui em Santa Catarina, onde 98% da população têm água tratada e encanada, mas o saneamento atinge somente 11% da população, porque não se pensou na sua igual importância.

Eu sempre cito como exemplo que, quando a Celesc, órgão público responsável pela energia elétrica, leva até a nossa casa a energia, ela faz a colocação do fio terra para a instalação elétrica, mas quanto à água, que é um bem público e que nos abastece, não se faz o tratamento do esgoto. E para onde vai o esgoto?

Então, essas são as questões relativas ao planejamento, a necessidade do saneamento. Isso foi discutido neste encontro em Istambul, no 5º Fórum Mundial da Água, junto com os demais participantes. Nesse

fórum, 350 parlamentares de todo o mundo, durante dois dias, discutiram. E quando eu falo, parlamentares, eu falo em nível federal.

Só para vexas, terem uma idéia, estiveram lá representando o Brasil os senadores Leomar Quintanilha, do PMDB; João Pedro, do PT; Marisa Serrano, do PSDB; Renato Casagrande, do PSB. Portanto estavam presentes parlamentares de todos os partidos e mais alguns parlamentares federais, como Germano Bonow. Ou seja, um total de 11 parlamentares da nossa Câmara Federal e do Senado estavam participando desse encontro, em conjunto com parlamentares do mundo todo.

Para que isso? Para começar a discutir uma lei mundial sobre a água, a exemplo da mudança climática que representou o Protocolo de Kyoto. Nós temos que sensibilizar os governos, e os governos, através das Nações Unidas, a criar o que nós chamamos de protocolo da água, que precisamos urgentemente! Por quê? Porque mais de 4.200 crianças morrem todos os dias neste mundo por falta de saneamento, por falta de água potável.

É fundamental que possamos evoluir para uma lei mundial, para um protocolo mundial desse entendimento. Os problemas das águas transfronteiriças precisam ser solucionados. As bacias hidrográficas têm que ser motivo de paz e não motivo de guerra. A água tem que ser motivo de paz. Nós sabemos que há muitos conflitos que só poderão ser dirimidos com esse protocolo mundial.

O Sr. Deputado Edison Andriano - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andriano - Eu queria cumprimentar v.exa. pelo seu pronunciamento, pela sua ida a Istambul. Eu iria ser parceiro de v.exa. até para colaborar com o meu inglês, mas acabei tendo que cancelar a minha viagem. De qualquer forma, v.exa. foi bem acompanhado com Walmor De Luca, aqui recomendado pela deputada Ada De Luca.

Mas eu quero aqui aproveitar a oportunidade, deputado Professor Grandó, para fazer referência a essa questão que v.exa. aborda com respeito à água e ao Código Ambiental que nós vimos discutindo, e continuo com uma preocupação muito grande. Eu acabei de ler o relatório do deputado Romildo Titon, por cima, porque além de ser uma matéria complexa, é uma matéria vasta e de difícil entendimento.

Eu quero pedir a v.exa. e à bancada do meu partido que não esqueçam das lagoas e dos lagos, porque não estão contemplados nas APPs, no relatório do deputado Romildo Titon. Como é que se vai disciplinar a questão das lagoas? Eu vou citar algumas lagoas que estão fora do relatório do Código Ambiental: Lagoa da Conceição, Lagoa do Peri, Lagoa de Ibraquera e várias outras. Essas lagoas não estão definidas no relatório final, no corpo do projeto do Código Ambiental. Quem vai decidir isso? É o Código Florestal? Nós vamos ter um Código Florestal para decidir a questão dos afastamentos de margens de lagos e de lagoas e vamos ter um Código Ambiental para discutir as questões rurais? Não pode ser, está errado isso.

Eu volto a reafirmar: não dá para ter duas legislações ambientais, uma federal e uma estadual para decidir as questões ambientais de Santa Catarina.

Eu tinha feito uma emenda sobre as questões das bacias hidrográficas, especificando lagos e lagoas - inclusive, hoje há uma exigência de 30 metros e nós reduzimos para 15 metros. E ficam quase

todas no litoral, a não ser a artificial lá de Itaipu, mas lagoa natural eu só conheço aqui no litoral. Não estou fazendo referência aos açudes artificiais, mas às lagoas e aos lagos que estão fora do Código Ambiental.

Então, apresentei essa emenda e, como várias das emendas de minha autoria foram aceitas, faço um apelo ao deputado Romildo Titon, uma vez que essa emenda foi feita no tempo hábil, para quem sabe poder incluir no relatório final os afastamentos de lagoas e lagos, para que fique especificado no nosso Código Ambiental.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Deputado, também gostaria de informar a respeito de um seminário que será realizado no dia 1º, quarta-feira, inclusive o ministro estará presente e o governador fará a abertura, O Futuro da Água em Santa Catarina: Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.

Poucos sabem que a água subterrânea é responsabilidade do estado. E nós temos um projeto estadual sobre isso, deputado Sílvio Dreveck, não temos?

Naturalmente, v.exa. também ficou muito impressionado com esse encontro que contou com mais de 20 mil participantes. Estava lá presente o sr. Walmor De Luca, que eu considero a maior autoridade de Santa Catarina, hoje, na questão da água, que representa a Casan e sabe o quanto é importante essa visão mundial na questão da água.

Mas eu gostaria de ler pelo menos aqui algumas questões colocadas no pacto de Istambul sobre a questão da água.

(Passa a ler.)

"O acesso à água de qualidade e saneamento é um direito básico para todos os seres humanos. A água desempenha um papel essencial para a vida, para a preservação da saúde pública e para a luta contra a pobreza."

Poucos sabem que a água é um fator de desenvolvimento neste mundo na questão da energia elétrica, da irrigação, da agricultura. Então, temos que usá-la de forma coletiva para o benefício do desenvolvimento humano.

Também quero dizer que a questão está nas metas do milênio até 2015 para reduzir 50% da pobreza no mundo. A água é o grande elemento para ajudar que isso ocorra principalmente no combate à poluição e na preservação da vida através do saneamento.

A água é um bem público e deve estar sob o controle político, e sua gestão se delega parcialmente, dependendo do poder da comunidade. O saneamento é tão importante como o abastecimento de água, e deve ser uma das prioridades políticas dos governos locais e regionais. Todos nós sabemos que o saneamento é responsabilidade do município pela lei federal, pela lei estadual e pela regulamentação municipal.

Então, vejam, senhores, como o Pacto de Istambul é importante. Falarei mais em outros momentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Queria registrar a presença dos vereadores da cidade de Ponte Serrada: Jurandir Bueno, do PT, soldado da Polícia Militar, e Gilson Damaceno e Pedro Chinatto, do PP.

Então, esses três vereadores de Ponte Serrada estão-nos visitando aqui no Parlamento estadual, na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica feito o registro, deputado Sargento Amauri Soares.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Moacir Sopelsa, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de, como médico, reportar-me ao Dia Mundial da Tuberculose.

(Passa a ler.)

"A data de ontem, 24 de março, que é reconhecida como o Dia mundial da Tuberculose, reflete um movimento de âmbito mundial, em que se desenvolvem atividades de mobilização na luta contra essa grave doença, que tem profundas raízes nas questões sociais e está intimamente ligada à pobreza e à má distribuição de renda.

Em 1882, o médico alemão Robert Koch, deu a conhecer ao mundo o germe causador da tuberculose, o bacilo de Koch. O acontecimento científico ocorreu no dia 24 de março, e a partir de então passou a ser celebrado como o Dia Mundial da Luta contra a Tuberculose.

Desde então, realizaram-se importantes avanços no conhecimento do bacilo, no tratamento e no controle da tuberculose. Mas os avanços científicos e os esforços dos profissionais da área da saúde ainda não foram suficientes para controlar a doença.

Há uma década, a Organização Mundial da Saúde - OMS - declarou a tuberculose em estado de emergência no mundo, e ainda é a maior causa de morte por doença infecciosa em adultos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, oito milhões de pessoas desenvolverão a doença e dois milhões morrerão a cada ano.

Atualmente dois grandes obstáculos agravam a situação da doença: a infecção pelo HIV/AIDS, que predispõe o indivíduo infectado a desenvolver a tuberculose, e o abandono ao tratamento, que pode levar ao surgimento de formas mais resistentes à doença.

A tuberculose está intimamente ligada às questões socioeconômicas, sendo uma das doenças mais antigas que se tem relato na humanidade, continuando um grave problema de saúde pública e incluída na lista das prioridades do ministério da Saúde e da secretaria de estado da Saúde de Santa Catarina.

O melhor recurso de prevenção disponível no sistema de saúde continua sendo a detecção precoce e o tratamento supervisionado dos casos.

Portanto, é necessário ampliar os movimentos de luta contra a tuberculose e firmar compromissos de todos os gestores de saúde com ações de prevenção e controle da doença.

Em Santa Catarina, em 2008, a tuberculose ainda registrou índices preocupantes, apesar de ser uma doença possível de prevenir e curável.

A tuberculose é considerada um grande problema de saúde pública, especialmente nos municípios de Balneário Camboriú, Blumenau, Camboriú, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Joinville, Navegantes e São José.

As ações são realizadas em todas as regionais, com maior destaque para as regiões nas quais os municípios prioritários estão localizados. O estado de Santa Catarina apresentou uma taxa de incidência de 28 casos por 100 mil habitantes em 2008, registrando o total de 1.692 casos novos

somente no ano passado. O percentual de co-infecção de tuberculose e HIV/Aids foi de 20%, superando o índice do Brasil, que é de 15%.

Entre 1997 e 2008 foram notificados 75 casos de tuberculose multirresistente, que é desenvolvida por pacientes que abandonam o tratamento.

É importante destacarmos que a tuberculose é uma doença infecciosa e contagiosa, causada por um microorganismo conhecido como bacilo de Koch, e é transmitida de pessoa a pessoa através da tosse e do espirro."

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Antônio Aguiar, quero salientar a propriedade do assunto que v.exa. traz à tribuna, até mesmo porque sabemos que essa resistência ao bacilo de Koch e a proliferação da tuberculose em grande parte se dá também pelo abandono do tratamento, pelo número de comprimidos que o paciente tem que tomar.

Hoje no Brasil temos em torno de 8% dos pacientes abandonando os tratamentos, enquanto que a Organização Mundial de Saúde preconiza que não se ultrapasse 5%.

E aí temos que parabenizar o ministro da Saúde, Temporão, que está adotando no Brasil, para o tratamento da Tuberculose, o chamado quatro em um, que são quatro comprimidos abordados em um só, e o paciente passará a tomar apenas dois comprimidos ao dia.

Isso representará uma redução no custo, pois o tratamento da tuberculose de US\$ 40 passará para US\$ 30 mensais, que é um custo barato quando consideramos o volume de medicamentos que tem.

Então, parabenizo-o exatamente por trazer esse tema, principalmente porque a tuberculose é um problema de saúde pública no Brasil, e quanto mais pobres forem os países, maior é a incidência dessa doença. E o fato de v.exa. estar ressaltando isso, neste momento, vai contribuir para que um conjunto de catarinenses tenha mais clareza sobre o que representa a tuberculose no panorama da saúde pública.

Parabéns a v.exa.!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Continua lendo.)

"Entre os principais sintomas estão a tosse com secreção por mais de três semanas, a falta de apetite e o emagrecimento, os suores noturnos com dor no peito, o cansaço fácil e a febre baixa no final da tarde.

Deve-se estar atento para identificar os portadores de tuberculose dentro de cada comunidade. O diagnóstico é simples e consiste no exame do escarro para identificação do bacilo por profissional de saúde.

As ações de saúde e as campanhas públicas têm grande importância para a difusão do tratamento correto da doença, para que pacientes infectados obtenham a cura e para que se consiga reduzir significativamente os problemas que ceifam tantas vidas.

Para finalizar, gostaria de saudar especialmente os profissionais da Vigilância Epidemiológica do estado, os profissionais que atuam no Hospital Nereu Ramos, que é especializado em doenças pulmonares aqui em Florianópolis, e todos os demais profissionais que trabalham diretamente com ações preventivas e visando à cura da tuberculose."

A todos vocês, profissionais da saúde, eu gostaria de manifestar aqui o meu reconhecimento pelo trabalho que vêm enfrentando no dia-a-dia.

Quero pedir a vocês, da Epidemiologia, que continuem com seu trabalho, porque a medicina preventiva é um trabalho de grande valor.

Eu gostaria de reportar-me, nobre deputado Dirceu Dresch, líder do PT, que esteve no planalto norte, mais precisamente na segunda-feira, no lançamento do programa Território da Cidadania, com o prefeito municipal Leoberto Weinert e com o secretário do desenvolvimento Regional.

Esse programa atinge os 14 municípios do planalto norte que têm o IDH baixo e por isso foram contemplados pelo governo federal. Acreditamos que esse programa trará recursos para a nossa região e, conseqüentemente, crescimento e desenvolvimento.

Temos certeza de que todos nós do planalto norte estamos esperando esse grande investimento do governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, hoje se realizará aqui no plenarinho desta Casa, às 19h, uma audiência pública para tratar do pedágio que será colocado antes da praia da Pinheira, no sul do município de Palhoça.

Aquela região que tem hoje mais de 30 mil habitantes, economicamente ligada de maneira direta a Palhoça, a São José, como também a Florianópolis, está na iminência de ter que pagar pedágio diariamente. Até agora houve um esforço da prefeitura, e aqui nesta Casa também o deputado Edison Andrino levantou a situação inicialmente, porque a apreensão no município de Palhoça hoje é muito grande.

Boa parte daquela região é constituída por pessoas de classe média, média baixa e pessoas humildes, que têm, sim, o seu carrinho para vir trabalhar, fazendo seu comércio, serviços fora da sua região, seja no centro de Palhoça, em São José ou em Florianópolis e que estão na iminência de terem que, diariamente, a cada ida e vinda, pagar pedágio.

O prefeito de Palhoça esteve em Brasília, fez contatos com o governo federal para que se evitasse a colocação do pedágio naquele lugar, que fosse colocado um pouco mais para baixo, passando da praia da Pinheira, entre Palhoça e Paulo Lopes. Não houve êxito. Depois houve a tentativa de se criar uma isenção para aqueles moradores comprovadamente do município de Palhoça, e também não deu resultado, pois não houve boa vontade para resolver a situação.

Agora as alternativas que existem para que a população não tenha que pagar por isso diariamente são uma ação judicial proposta pela Câmara dos Vereadores de Palhoça e a construção de uma ponte na região sul de Palhoça, para criar uma via de acesso. Mas a população tem reclamado que a tal ponte vai ser construída numa região muito distante, aumentando demais o trajeto original.

Essa audiência pública, hoje, objetiva, de maneira séria, sem palarque político, fazer uma discussão sobre as ações necessárias a serem tomadas, para que haja uma alternativa para o povo do sul de Palhoça. Muito se desconsidera o sul de Palhoça, primeiro no projeto errado de colocar um pedágio naquela região. Não somos ideologicamente contra o pedágio, é uma solução que os principais países do mundo adotam, mas, em

que pese aqueles que eram talvez os grandes contrários ao pedágio, hoje o governo federal vai pedregar a nossa BR-101 inteira.

Trando essa incongruência de pensamento, nós temos, nesse momento, o absurdo de pedregar um bairro integrante de uma região metropolitana. Pedágio tem que ser colocado para financiar a manutenção da rodovia, e não ser mais um imposto danoso à população que depende da BR-101 para trafegar para seu trabalho, para ir ao médico, para fazer compras. Não houve sensibilidade do governo federal em alterar os termos da concessão mudando o local da praça do pedágio. Querem que o povo do sul de Palhoça pague todos os dias, cada vez que passar pela BR-101?! Não vai haver pedágio entre Biguaçu e Florianópolis ou entre São José e Florianópolis, mas vai haver pedágio do sul de Palhoça para Florianópolis e para São José. Isso sem falar do prejuízo que aquela região terá do ponto de vista turístico, já que muitos turistas da região da Grande Florianópolis se deslocam para as praias do sul de Palhoça e, certamente, com o pedágio vão pensar duas vezes.

Por isso, quero convidar todos os parlamentares e membros da imprensa para estarem presentes, às 19h, no nosso plenarinho. O que se está prestes a cometer com o povo do sul de Palhoça é um crime, um acinte. Espero que nós, acima das divergências político-partidárias momentâneas, tenhamos a consciência de que aquilo que vai acontecer lá, aquilo que está prestes a acontecer no sul da Palhoça, é uma discriminação com a região, pois acarretará na inviabilidade econômica de uma comunidade que luta com muita dificuldade.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Ouço, em aparte, o deputado Décio Góes, mas só espero que me permita concluir.

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu também tenho minhas divergências quanto ao pedágio. Acho que deveria haver um sistema alternativo e aí, sim, cobrar pedágio. Por isso tenho tranqüilidade para falar.

Agora, em qualquer lugar que colocar a praça de pedágio vai acontecer esse problema, e não tenho dúvida de que nas outras cidades deve haver o mesmo problema. Precisa haver uma via paralela que permita o tráfego da cidade, pois uma via duplicada não deveria cumprir a tarefa de integrar a cidade. Quer dizer, teria que haver vias paralelas, alternativas para os moradores para não precisarem depender da BR. Talvez seja essa a negociação que tenha que ser feita com a concessão, com o governo federal, estadual e municipal, enfim, para poder resolver essa questão.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Deputado Décio Góes, agradeço a sua participação.

Gostaria de dizer que dá, sim, para alterar o lugar do pedágio, é só não isolar, segregar o bairro do município. Se colocarmos o pedágio um pouco mais para a frente, em direção a Paulo Lopes, o problema estará resolvido. Isso poderia ser resolvido sem haver toda essa confusão, se houvesse mais sensibilidade por parte do DNIT em função daquilo que o povo de Palhoça tem reclamado.

Então, aguardo a participação de todos nessa audiência pública hoje à noite.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, durante a semana passada, estive representando a Assembléia Legislativa e o Fórum Parlamentar Ítalo-Brasileiro numa viagem à Espanha e à Itália com o prefeito de Laguna, promovendo o Gemellaggio entre Laguna e Ravena, e convênio do museu de Laguna com a cidade de Tordesilhas, no sentido de buscar subsídios para os nossos museus, fazer intercâmbio cultural, econômico com essas cidades e promover uma integração turística. Enfim, colocar Laguna num patamar de relações internacionais importantes para aquela cidade histórica do sul do estado.

Paralelo a isso, cumprimos também agenda com o governo do estado, no sentido de conhecer a experiência de prevenção de calamidades que a província de Bérnago tem e que é uma das mais avançadas do mundo. Um estado que tem 10% do território catarinense, tem 72 equipes montadas, prontas para atuar em casos de calamidades, com oito mil voluntários cadastrados, prontos para atuar a qualquer momento que ocorra qualquer evento que possa colocar em risco a população daquela província.

Fomos com o secretário Justiniano e o major Márcio, que comanda a Defesa Civil em Santa Catarina. E também conhecemos a experiência de cuidados que estão tendo em relação ao rio Pó, o rio mais importante do norte da Itália. Um dia, há dez anos, as praias do Adriático apareceram, numa manhã, com espuma branca. Milhares de toneladas de peixes estavam mortos à beira do rio, fruto da excessiva poluição do rio Pó. E a partir daí tomaram medidas radicais e, com um projeto bem sistemático, todo integrado, conseguiram recuperá-lo, sendo que hoje é um ambiente de promoção turística, inclusive. O rio Pó transformou-se, dada a recuperação que foi feita nesse meio ambiente.

Enquanto isso, estamos discutindo aqui em Santa Catarina, e nesta Assembléia Legislativa, o Código Ambiental, que não leva em consideração os últimos eventos danosos que provocaram a morte de quase 150 pessoas em Santa Catarina, no nosso estado.

Então, estamos fazendo um Código Ambiental que não leva em consideração esses últimos eventos danosos. Estamos fazendo um Código Ambiental que diz que é para proteger o pequeno agricultor, a pequena propriedade, mas, na verdade, não temos conceituado o que seja a pequena propriedade, e não há nenhuma, ou poucas vantagens, digamos assim, ou privilégios, ou medidas que visem a proteger a pequena propriedade rural, separando do grande proprietário rural.

Assim, nós estamos perdendo uma oportunidade de poder avançar no Código, de instituir efetivamente serviços ambientais prestados pela população dos pequenos proprietários. Estamos perdendo uma grande oportunidade de avançar nesse sentido de privilegiar realmente os pequenos. Porque se é verdade, e é verdade, que 90% das propriedades em Santa Catarina são pequenas propriedades, no entanto elas compõem 40% do território catarinense. As outras 10% de propriedades catarinenses ocupam 60% do território catarinense. Portanto, é imprescindível que se tenha uma lei que proteja, que dê subsídios, que dê incentivo para o pequeno agricultor, para a pequena propriedade, para o pequeno agricultor familiar.

Então, é preciso que essa lei esclareça as questões da APP e reserva legal, não fazendo de conta que está resolvendo, reduzindo de 30m para 5m ou 10m, mas

adotando critérios técnicos, avançando, não generalizando como a lei federal, mas particularizando com as peculiaridades de Santa Catarina e adotando critérios técnicos. Onde for preciso ser 40m, será 40m; mas onde precisar 5m, 4m ou 3m, assim será. Então, estamos-nos omitindo de fazer esse avanço aqui.

Sobre a questão das áreas consolidadas, nós poderíamos ter conceitos melhores a respeito dessas áreas, de forma que critérios técnicos pudessem admitir compensações tecnológicas que evitassem poluição, que evitassem danos à água, que pudessem realmente ser tidas como áreas e aceitas assim dessa maneira.

Então, nós estamos perdendo a oportunidade de avançar em conceitos importantes, além da composição da Jaria, que é uma área intermediária de negociação das multas, do que foi encontrado como irregularidade. Mas, e o pequeno? Ele só é representado pelos grandes setores econômicos naquele espaço geográfico. E os pequenos? E os outros interesses que a comunidade possui não têm direito de se representar?

Então, há um conjunto de problemas e penso que esta Casa tem a obrigação de se debruçar sobre esses pontos e apresentar uma solução mais avançada, inclusive, que ajude a evitar aquelas calamidades que tivemos no estado, em novembro, mas também durante os meses de janeiro e fevereiro e também nos anos passados.

Faz muito tempo que Santa Catarina vem sofrendo por conta das suas condições climáticas, com várias calamidades. Precisamos levar em conta que isso faz parte da nossa realidade e a nossa obrigação é evitar esses eventos que possam ceifar vidas. Esta é a nossa tarefa, ou seja, fazer um Código Ambiental melhor e legal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, já falamos aqui e reivindicamos a questão do médico legista lá em São Bento do Sul. Lamentavelmente, até o momento nenhuma iniciativa concreta foi tomada. Por conta disso, saiu uma matéria no jornal *A Gazeta*, de São Bento do Sul, que diz o seguinte: "Falta de médico legista. Corpo seguiu duas vezes para Joinville."

Deputado Antônio Aguiar, sei que v.exa. já se manifestou dizendo que o governo em breve iria resolver esse problema. Mas volto com esse tema porque me preocupa a situação em que os familiares ficam dependendo, uma vez que existe todo um equipamento, a estrutura e a condição para fazer os exames cadavéricos em São Bento do Sul, atendendo também a Campo Alegre e Rio Negrinho.

Penso, deputado Antônio Aguiar, que v.exa. já interferiu, mas que o governo, certamente para agilizar, poderia encaminhar a esta Casa uma medida provisória, por exemplo. Nós aqui votamos medida provisória alterando a legislação tributária, e por que não votarmos uma também para um caso desses que é de urgente, que há emergência? Por que não podemos acelerar essa definição para que São Bento do Sul tenha seu médico legista, assim como outros municípios que eu sei que têm problemas também.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Silvio Dreveck, é importante que estejamos trabalhando para o nosso planalto norte.

Gostaria apenas de informar a v.exa. que o médico já está fazendo o curso de aprimoramento para que no mês de abril tome posse na cidade de São Bento do Sul.

Então, a providência já foi tomada e o médico está apenas adquirindo conhecimentos específicos para poder realizar o seu trabalho.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Eu agradeço, deputado, porque só assim nós resolveremos um problema que não é deste deputado, não é do deputado Antônio Aguiar, mas nós temos a incumbência e a responsabilidade de cobrar, de reivindicar. V.Exa., na base governista, evidentemente, tem mais condições não só de cobrar, mas de fazer com que aconteça.

Por conta disso, eu agradeço a sua interferência, porque assim nós estaremos dando a solução para três municípios e, principalmente, para aquelas famílias que quando acontece uma fatalidade ficam no desespero, levando o cadáver para Joinville, para lá e para cá.

Por outro lado, srs. deputados, nós aqui já fizemos um pedido também para a área da segurança, e isso foi formalmente aprovado nesta Casa, que são as câmeras de vigilância que têm dado um bom resultado nesses municípios em que elas foram implantadas.

Obviamente que esses investimentos trazem economia a esses municípios, uma vez que evitam o roubo, o assalto e, muitas vezes, aquela situação mais desagradável, que é o arrombamento, a fuga do próprio cidadão que comete ou tenta cometer a falha. E isso também evitaria o desperdício de tempo, tanto de recursos humanos quanto da própria polícia como um todo.

Mas, infelizmente, nós ainda não conseguimos esses equipamentos para o município de São Bento do Sul, mas esse também é um apelo da comunidade, deputado Antônio Aguiar, da associação empresarial, das entidades de classe, dos vereadores, de todas as lideranças, porque a segurança em Santa Catarina, nos últimos cinco, seis anos, tem tido sérios problemas. Um é o problema da falta de presídios, o que é público e notório. Prova disso foi quando nós fizemos uma visita no Cadeião de Florianópolis, no Estreito, e lá encontramos aquela situação lamentável, depois da fuga de quase 60 detentos.

Por outro lado, há necessidade de se investir em segurança, mas, principalmente, na prevenção, fazendo com que esses jovens tenham uma ocupação, tenham a oportunidade de praticar esportes ou outras atividades que nem sempre lhes é concedida. E esse trabalho deve ser feito pelo Poder Público, deputado Sargento Amauri Soares, pelo estado, pelos municípios, deve começar quando as crianças ainda são pequenas, para que quando se tornarem jovens adolescentes já tenham um encaminhamento diferente.

Muitas vezes esses jovens entram no caminho das drogas, esse malefício que tem levado inúmeras pessoas a prisões e que não é a solução. Mas como não existe uma política pública permanente que dê oportunidade ao nosso adolescente, ao nosso jovem, nós ficamos, por outro lado, construindo mais prisões e mais prisões, que são insuficientes. Mas em Santa Catarina, além de não haver prisões suficientes, não

existe uma política mais aguerrida, mais consistente para prevenir e para evitar que se chegue a esse ponto que nós estamos vivendo hoje em nosso estado.

Mas não é somente o veículo que é importante; é necessário também dar condições, desde treinamento, tecnologia, valorização aos profissionais que têm sido, lamentavelmente, cobrados nesta Casa, principalmente pelo deputado Sargento Amauri Soares, porque o governo acabou mandando essa lei que foi aprovada para a Assembléia e que veio do Executivo, é bom que se diga isso, e ela não foi cumprida durante todos esses anos. E agora a desculpa é de que a receita do estado está caindo e que mais uma vez a Polícia Militar e todos aqueles que fazem parte da Segurança vão ficar esperando a boa vontade de melhorar a receita em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, apenas quero saudar um visitante ilustre que está hoje nesta Casa, o prefeito de Presidente Getúlio, sr. Nilson Francisco Stainsack, que veio acompanhado do dr. Vitor, do sr. Elói, que é o secretário de Administração, e de outras lideranças.

Nós voltamos agora de uma audiência com o dr. João Eduardo Souza Varella, presidente do Tribunal de Justiça, ocasião em que o prefeito liderou uma comitiva que pleiteia a instalação da 2ª Vara na Comarca de Presidente Getúlio, para que se possa dar mais condições de trabalho para a grande demanda daquela comarca.

Portanto, queremos saudar o prefeito Nilson Francisco Stainsack, do município de Presidente Getúlio, pela presença neste Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica registrada a presença, nesta Casa, do prefeito Nilson Francisco Stainsack.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e público que nos acompanha nesta sessão, queremos registrar novamente a presença, nesta Casa, dos vereadores de Ponte Serrada: Jurandir de Souza Bueno, que é policial militar naquela cidade, Gilson Damaceno e Pedro João Chinatto, que estão visitando este Poder.

Eles estão aqui para pedir a nós, deputados, que apoiemos a comunidade de Ponte Serrada na aquisição de viaturas para a Polícia Militar, porque a mais nova viatura, das duas que lá existem, tem pelo menos dez anos. Ou seja, elas estão completamente sucateadas e sem condições de atender às necessidades de segurança pública daquela população, uma cidade importante do oeste catarinense.

Mas o assunto de hoje, srs. deputados, não poderia ser diferente para nós que estamos aqui como policiais militares ou representando servidores da Segurança Pública em geral. Eu não posso deixar de falar de um assunto que é a principal notícia no dia de hoje em Santa Catarina, que por certo ainda não foi suficientemente divulgado. As notícias

estão por ora correndo nos meios eletrônicos, televisivos e pelos rádios, mas amanhã estarão também nos jornais impressos. Eu estou falando sobre a operação da Polícia Federal em nosso estado que está sendo feita nas regiões do vale do rio Tijucas, vale do rio Itajaí-Mirim e vale do Itajaí-Açu, bem como nas cidades que compõem a foz destes vales.

Cerca de 250 agentes da Polícia Federal estão, desde essa madrugada, naquela região para cumprir, segundo notícia do clicRBS, do *Diário Catarinense*, 18 mandados de prisão preventiva, um mandado de prisão temporária, 46 de mandados de busca e apreensão e 12 mandados de seqüestro de bens. Até o momento nós temos aqui a relação de 20 pessoas presas por essa operação da Polícia Federal. A acusação é de formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, violação de sigilo funcional e contravenção por exploração dos jogos de azar, mais especificamente os caça-niqueis organizados em cassinos na cidade, especialmente, de Brusque e em outras cidades da região, como Canelinha.

Lamentavelmente, boa parte dos envolvidos nesses crimes que acabei de citar é de policiais militares, alguns civis. São dois delegados da Polícia Civil, inclusive o delegado regional de Brusque, e entre os policiais militares há um major e os demais são praças.

É evidente que isso nos entristece, até deixa-nos constrangidos ter que, desta tribuna, falar deste assunto. Mas não há como deixar de falar de um assunto que é notícia principal no estado, no dia de hoje. Todos os envolvidos, policiais ou não, terão, é evidente, o direito à defesa na esfera do inquérito policial ou na Justiça, posteriormente.

Queremos aqui registrar, com tristeza, esse fato e lamentar também que seja preciso que a Polícia Federal venha com 250 agentes para investigar fatos ocorridos em Santa Catarina, porque os órgãos internos, as Corregedorias das Polícias Militar e Civil, as autoridades da secretaria da Segurança Pública não perceberam isso. No entanto, tem os olhos tão acurados para investigar, caro deputado Elizeu Mattos, cada praça que participa de manifestação reivindicando salário. Isso precisa ser registrado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, desejo registrar, com muita alegria, a presença do vereador Paulo Gabriel, do prefeito Rudimar Francisco Guth e do secretário de Administração Sidnei Carlos Bernardi, de Tigrinhos.

Sejam bem-vindos!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, desejo registrar a presença, nesta Casa, dos vereadores Gilson Damaceno, Jurandir de Souza Bueno e Pedro João Chinatto, de Ponte Serrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna, nesta tarde, no espaço do

PSDB, para falar, de maneira mais profunda e mais extensiva, sobre as figuras proeminentes do meu partido em nível nacional.

Na verdade, eu precisaria de, no mínimo, duas horas, mas vou tentar, em oito minutos, sintetizar o meu sentimento e o do meu partido em relação às figuras que temos no seio do PSDB em nível nacional, principalmente porque tivemos a satisfação de receber, na sexta-feira, em Santa Catarina, a visita do governador de São Paulo, José Serra.

Tivemos o prazer de conviver com esse ilustre cidadão brasileiro por algumas horas e pudemos sentir, de maneira muito próxima, quanto ele está preparado para exercer, de maneira absoluta, a Presidência deste país. O momento que vive o sr. José Serra, a experiência adquirida, o amadurecimento ao qual chegou este cidadão dão-lhe todas as condições para, nos próximos anos, tornar-se um dos melhores presidentes deste país.

E, para minha alegria, li aqui também uma pesquisa que foi divulgada na *Folha de S. Paulo*, no dia de hoje, dando a mais um peessedebista deste país, o governador Aécio Neves, a liderança absoluta sobre todos os governadores do Brasil. Essa pesquisa foi feita entre os dias 16 e 19 de março, dando a esse governador 77% de preferência das pessoas que ele governa em Minas Gerais. Uma maioria absoluta em nível de todos os governadores deste país, mostrando a sua inteligência, a sua capacidade, a maneira transparente de ser e de governar, dando ao PSDB mais essa alternativa.

Nós estamos com duas figuras nacionais que têm plenas e absolutas condições de dirigir, de tocar este país de maneira tranqüila e sensata.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu me reportarei também a Santa Catarina, sr. presidente. Antes, porém, darei um aparte ao meu colega de partido, deputado Giancarlo Tomelin.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Vou falar apenas por 30 segundos, deputado Nilson Gonçalves.

Eu quero fazer um comentário sobre a serenidade com que Santa Catarina recebeu José Serra e, mais, sobre o relacionamento de alto nível com o vice-governador Leonel Pavan, colocando-o como um dos quadros nacionais do PSDB, com uma influência muito forte dentro da Executiva nacional.

Nós queremos, numa demonstração de unidade das bancadas estadual e federal, parabenizar o nosso presidente, deputado Jorginho Mello, pela forma com que conduziu o almoço da nossa bancada junto com o nosso, se Deus quiser, futuro presidente da República José Serra.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado Giancarlo Tomelin.

Eu gostaria de me reportar agora ao nosso estado. Nós teremos eleições para governador no próximo ano e temos ouvido falar em candidato "a", em candidato "b", de impossíveis candidaturas. Eu posso, sem dúvida alguma, fazendo parte do PSDB de Santa Catarina, acrescentar a figura do nosso vice-governador Leonel Pavan, que está também maduro, em condições absolutas de governar este estado. Ele já foi governador, já foi prefeito de Balneário Comoriú por três vezes, já foi considerado o melhor prefeito no Brasil, já foi deputado federal e, depois de ser senador da República, é agora vice-governador. É uma figura pública, em plenas condições de se tornar o governador do estado de Santa

Catarina. E o nosso partido está encampando essa sua candidatura de maneira tranqüila, de maneira transparente, e isso está correndo nos quatro cantos do estado.

Certamente teremos candidaturas no primeiro turno, os partidos certamente lançarão seus candidatos, e o nosso candidato do PSDB, com certeza absoluta, será o nosso vice-governador Leonel Pavan, porque ele está maduro, está tranqüilo, está consciente, é experiente e está em condições de governar o nosso estado.

E eu vejo até de outras bancadas um assentimento de satisfação, deputado Kennedy Nunes, deputado Padre Pedro Baldissera, até eles mesmos, com algumas exceções, mas o resto eu vejo que estão com boa vontade.

Mas, sr. presidente, eu gostaria de me reportar a um assunto muito importante, durante este um minuto e meio que me resta. Nós teremos uma audiência pública futuramente nesta Casa, nos próximos dias, mas antes disso faremos uma reunião na cidade de Araquari, para tratar do problema da demarcação de terras indígenas naquele município, que também vai abranger o município de São Francisco do Sul.

É um problema seriíssimo, se nós analisarmos a questão da reserva Raposa do Sol. O precedente que se abriu lá certamente vai influenciar no lado de cá, e nós teremos agricultores tendo as suas propriedades demarcadas como terras indígenas, e prejudicados em seus trabalhos, em suas vidas. E não é pouca terra, srs. deputados!

Teremos uma reunião na próxima semana para tratar desse assunto que requer muita seriedade e muita urgência, porque se acontecer em Araquari o que aconteceu lá, certamente nós teremos mais terras indígenas aqui do que propriamente outra coisa.

Esse é um assunto sério, e teremos que tratar com a seriedade que o assunto requer na semana próxima, no município de Araquari.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados à bancada do PRB.

Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SR. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, demais integrantes da Mesa, sras. deputadas e srs. deputados, eu venho à tribuna para deixar registrado o seguinte: que nós possamos estar bem envolvidos no dia 27, Dia Internacional de Protesto Contra a Corrupção. É uma data marcante. Quando fomos presidente da comissão de Ética e Decoro Parlamentar, convidamos o dr. Afonso Ghizzo Neto, que foi o idealizador e fez muitas palestras pelo estado de Santa Catarina: O que tem eu a ver com a Corrupção? Trata-se de uma campanha que tomou âmbitos gigantescos e foi, inclusive, homenageada no Congresso Nacional. E hoje o Ministério Público, pôde, através dessa campanha, encontrar um grande reconhecimento não somente pelos catarinenses, mas também por toda a Nação.

Antes mesmo que a Assembléia Legislativa assinasse os convênios de apoio, nós convidamos o dr. Afonso Ghizzo Neto e muitos alunos acadêmicos para estar aqui presentes. Enfim, a população catarinense esteve bastante envolvida. Foi no dia 29 de outubro de 2007, às 19h, no plenarinho da Assembléia Legislativa.

Hoje, temos essa campanha reconhecida também pela Associação dos Magistrados, pela Ordem dos Advogados do Brasil, pela nossa Assembléia Legislativa, pelo governo do estado, e a campanha está avançando dia após dia.

Mas, eu gostaria de falar um pouquinho sobre a corrupção, que é o ato ou efeito de corromper, de depravar, de subornar. E nós temos que dar um alerta aos nossos alunos. Como professora, eu posso falar que as colinhas são uma maneira de corromper.

Eu lembro que, quando ministrava a disciplina de Geografia, sempre fiz provas orais porque assim o aluno não tinha como colar, fazer aquelas colas quilométricas ou até as alunas fazerem as colas nas pernas, e assim por diante.

Então, temos que combater a corrupção já dentro das salas de aula, e cito como exemplo alterações de notas escolares, compra de diplomas. Existem pessoas que não gostam de sentar nos bancos escolares e preferem comprar um diploma. Isso é corrupção! E a corrupção é um câncer maligno que vicia. Enquanto não se cortar essa prática maldita, ela avançará. A criança tem que ser corrigida já no seio familiar, na escola, nos bancos escolares, porque depois ela vai integrar a sociedade. E a sociedade nos cobra.

Eu voltarei com esse tema amanhã, mas quero dizer que o único homem preso até hoje foi o juiz Lalau. Quando estive em Miami, pude ver o edifício gigantesco dele. Então, hoje ele está na prisão domiciliar. Mas eu quero...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputada Professora Odete de Jesus.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria, e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno:

Projeto de Lei Complementar n. 0036/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0014/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0032/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0008/2008, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que denomina Penitenciária de Segurança Máxima do Estado a Penitenciária de Segurança Máxima de São Pedro de Alcântara.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0046/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na Carteira de Identidade emitida pelo órgão de identificação do estado e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0151/2008, de autoria da deputada Ada De Luca, que dispõe sobre as condições de funcionamento dos gabinetes de tatuagem e de *piercing*, fiscalização e vigilância sanitária e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, uma vez que foi feita a emenda substitutiva global, eu só gostaria, se fosse possível, que seja feita a leitura dessa emenda que faz a substituição global, até para nos interarmos novamente desse projeto de lei e para termos maior conhecimento. Se for possível fazer isso, sr. presidente, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Sílvio Dreveck, a emenda substitutiva global tem seis páginas. V.Exa. quer que deixemos esta matéria para ser votada em seguida para que v.exa. possa ter...

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Se v.exa. me permitir, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Pois não! Então, vamos deixá-la como a última matéria a ser apreciada, e o deputado Sílvio Dreveck e os demais deputados que quiserem ter acesso ao projeto poderão fazê-lo.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sou relatora deste projeto da deputada Ada De Luca, e sou autora da emenda substitutiva global. Como o deputado do PP, o nosso amigo deputado Sílvio Dreveck, ficou com um pouquinho de dúvida, se v.exa. permitir, eu posso resumir o teor da emenda.

Regularmente há uma realidade premente: a necessidade da saúde dos catarinenses. Não obstante esta relatora, por entender o mérito da proposição, também entende pela necessidade de aperfeiçoar o texto em exame, tendo em vista a saúde pública, a condição de fiscalização dos órgãos públicos, a segurança e a eficácia.

Então, gostaria de deixar esclarecido para o deputado que ficou com dúvida que, além da proteção da própria saúde, nós, então, resolvemos alterar um pouquinho, enriquecendo o projeto da deputada Ada De Luca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - V.Exa., quando da discussão e votação da matéria, terá todo o tempo necessário para fazer a sua exposição, deputada Professora Odete de Jesus.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, se v.exa. me permite, gostaria de dizer que dei uma olhada neste projeto que está agora em discussão. Mas, se fosse possível, peço que a autora do projeto, deputada Ada De Luca, possa explicar a matéria para os deputados. Há parlamentares que estão com dúvidas. Mesmo lendo rapidamente o substitutivo global, ficou um pouco complicado para alguns deputados entenderem.

Ao ler, eu percebi que a essência do projeto é dar condições mínimas sanitárias a essa questão de prática de tatuagem e *piercing*, mas há algumas coisas ali na matéria que precisam ser observadas. Com ela, nós já entramos naquilo que é uma decisão de família. Cito essa questão de com 16 anos para baixo não poder fazer tatuagem e *piercing* de jeito nenhum. Nós não podemos legislar em cima disso! Essa é uma decisão da família! Pelo projeto, abaixo de 16 anos, nem com autorização dos pais!

As questões de vigilância, o protocolo, os cuidados, que não pode ser num ambiente insalubre, que não pode ser em porão, não pode ser em sótão, tudo bem, acho que são questões sanitárias. Agora, nós aprovamos uma lei dizendo que uma pessoa com menos de 16 anos não pode fazer qualquer coisa no seu corpo nem com autorização dos pais, eu acho que fica complicado.

Portanto, se a deputada Ada De Luca, durante o processo, puder dar algumas explicações para nós, deputados, eu acharia de bom agrado.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputada Ada De Luca, o projeto foi retirado de pauta agora e vai ser a última matéria a ser votada. E quando da discussão da matéria, v.exa. dará os esclarecimentos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, com todo o respeito à deputada Ada De Luca, quero dizer que na primeira vez que discutimos este projeto eu fui contra por entender que não estamos aqui para interferir na individualidade das pessoas.

Agora, parece-me que houve um substitutivo total a este projeto, e como não tive acesso a ele e tenho dificuldade, neste momento, de ter um conhecimento mais abrangente sobre isso, vou manter a minha postura anterior de ser contra este projeto, por entender que a individualidade das pessoas não deve ser motivo de lei nesta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, haverá, posteriormente, este debate, mas como já houve várias intervenções nessa área, eu já me manifestarei para não precisar me pronunciar depois.

A nossa bancada estará liberada, em nome do nosso líder, deputado Dirceu Dresch, para votar a favor ou contra, mas este deputado, individualmente, já se manifestou contra na comissão de Constituição e Justiça. O estado não pode construir uma política pública de controle do próprio corpo, de uma perspectiva de controle social dos jovens de 16 aos 18 anos.

Portanto, a questão sanitária é uma questão central. E para isso a secretaria de Saúde e toda a política pública tem que garantir não só para quem põe *piercing* ou não, mas para o conjunto da população. Ser bem atendido na saúde é um direito no conjunto da política pública. Mas proibir ou impedir que uma pessoa, individualmente, faça uma tatuagem ou ponha um *piercing* até os 16 anos, é extrapolar o papel do estado e construir um processo de controle social sobre o corpo...

(Manifestação interrompida por término do prazo regimental.)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O Sr. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu quero enfatizar um aspecto contrário do que o deputado Pedro Uczai estava colocando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Se v.exa. puder deixar para depois, na discussão da matéria, daí nós avançamos a pauta. Depois vamos colocar em discussão a matéria e v.exa. terá todo o tempo para fazer o encaminhamento e também a discussão do projeto.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Então, farei isso oportunamente.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0590/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que dispõe sobre a proibição da entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados e similares.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade, em primeiro turno.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0143/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0144/2009, 0145/2009, 0146/2009 e 0147/2009, de autoria do sr. deputado Adherbal Deba Cabal...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, estou tentando falar com v.exa. desde o momento em que foi citada a minha indicação, mas o microfone estava mudo.

Quero apenas frisar e acrescentar que Jaraguá do Sul há muito tempo já faz por merecer uma delegacia da mulher, da criança e do adolescente. É isso é um pedido inclusive

do Poder Judiciário de Jaraguá do Sul. É uma moção que chegou até o meu gabinete assinada não só pela Câmara de Vereadores, que representa aquela comunidade, como também pela juíza daquela cidade, solicitando que seja sensibilizado o secretário de Segurança Pública deste estado para que instale em Jaraguá do Sul uma delegacia especializada no tratamento dos problemas relacionados à violência contra a mulher, a criança e o adolescente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves. E pedimos desculpas quanto ao encaminhamento equivocado.

Comunicamos ainda que ainda enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0148/2009 e 0149/2009, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0150/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0151/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira; 0152/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0153/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

A Presidência comunica que defere os seguintes requerimentos:

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Caçador, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

Requerimento de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Vargem Bonita e São João do Itaperiú, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário da Educação, cumprimentando-o pela passagem do seu aniversário.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Waldemar Felski, no município de Blumenau, cumprimentando-o pela passagem dos 70 anos de dedicação à profissão de farmacêutico.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Empresarial de Guaramirim, cumprimentando-o pela posse no cargo.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, com a aquiescência do deputado Nilson Gonçalves, gostaria de subscrever os Requerimentos n.s.: 0263/2009 e 0265/2009.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a aquiescência do deputado Nilson Gonçalves, serão subscritos os dois requerimentos.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da secretaria especial de Portos, solicitando a conclusão das obras de dragagem da bacia do rio Itajaí-Açu.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Brasil Telecom, solicitando a instalação de antena para operação de telefonia celular, no bairro Braço do Baú, município de Ilhota.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante da 3ª Companhia de Polícia Militar de Navegantes, cumprimentando-o pela passagem do comando daquela companhia.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Cooperalfa, cumprimentando-o pela posse na presidência daquela cooperativa.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só gostaria de registrar que foi pedida uma antena para o Braço do Baú, lá na cidade de Ilhota, local que foi devastado, e nós contamos hoje aqui com a presença o vereador Roberto Prebianca, um legítimo representante daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está feito o registro e a Presidência também enaltece a presença das autoridades nomeadas.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do Deinfra, solicitando a agilização na publicação do edital de licitação referente à duplicação da BR-280.

Sobre a mesa, moção de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, a ser enviada ao presidente, ao vice-presidente da República e ao Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando esforços no sentido de uma iniciativa de lei que disponha sobre o registro de máquinas e implementos agrícolas, por meio de instalação de *chips* para a sua identificação e localização.

Em discussão.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Pedi vista ao projeto na reunião da comissão de Finanças e Tributação, hoje, pela manhã, e apresentei minha relatoria. Quero dizer que o autor do projeto foi muito feliz quando o elaborou, pedindo que colocassem *chips* nos equipamentos agrícolas.

Mas eu pedi uma diligência, sr. presidente, que foi aprovada por todos os srs. deputados, à secretaria de estado da Agricultura, cujo presidente é o ex-deputado Antônio Ceron. Ele nos relatou na sua resposta que, se colocassem *chips* nas máquinas agrícolas, eles gerariam ônus para o Poder Público.

Então, sabendo das muitas despesas do estado e que o projeto seria considerado inconstitucional, apresentei o projeto na nossa comissão. O deputado Manoel Mota pediu vista ao projeto, mas, como tinha um compromisso, foi substituído hoje na comissão pelo parlamentar de Blumenau, deputado Ismael dos Santos, que concordou com o parecer desta deputada, bem como todos os integrantes da comissão, para o arquivamento do projeto, porque geraria despesas para o estado.

Mas o deputado Décio Góes, do PT, veio com a brilhante idéia de que esta deputada, já que o projeto seria arquivado,

elaborasse uma moção, além do que esse deputado é da base do governo federal, assim como esta deputada. Portanto, como estamos governando o Brasil juntos, PT e PRB, que mandássemos ao presidente da República, ao Congresso Nacional e ao Senado Federal uma moção para que essa lei viesse a nos contemplar, porque sabemos que existe muito roubo de máquinas. Os agricultores compram suas máquinas com preços elevados e as máquinas são carregadas! Precisamos ter o apoio do governo federal.

Então, sugeri que não somente esta deputada apresentasse essa moção, mas todos os integrantes da comissão de Finanças e Tributação. O deputado Marcos Vieira, presidente da comissão, acatou a idéia; também o deputado Darci de Matos; o deputado Décio Góes, que teve essa brilhante idéia; o deputado José Natal; o deputado Kennedy Nunes, que estava presente; o deputado Manoel Mota, que faz parte da comissão; o deputado Renato Hinnig; e o deputado Silvio Dreveck.

Portanto, essa moção não é desta deputada, é de todos os integrantes da comissão de Finanças e Tributação. Eu queria o apoio de v.exas. Nós vamos brigar lá em cima, vamos cobrar, porque nós queremos um respaldo para os agricultores.

Muito obrigada pela oportunidade!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Gostaria de registrar, com muita alegria, a presença no plenário do nosso vereador Roberto Prebianca, de Ilhota, da região do Baú, acompanhado por toda a equipe do Baú. Ele é um grande lutador que nós trouxemos aqui, 15 dias atrás, quando esta Casa fez a sua parte levando o Parlamento catarinense - e alguns dos srs. deputados estiveram presentes - numa reunião muito produtiva em que a presidente Tatiana conseguiu colocar com muita propriedade a dificuldade por que passa o Baú.

Então, com muita alegria, quero registrar a presença deste sempre vereador, lutador, presidente do Sindicato Rural da cidade de Ilhota, o sr. Roberto Prebianca, acompanhado dessa equipe que está lutando pela reconstrução do Baú e de Ilhota. Nós vamos dar-lhes a mão e conseguir fazer isso, se Deus quiser!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Pedido de informação de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao governador do estado e aos secretários da Administração e do Turismo, solicitando informações sobre os bens imóveis e edificações pertencentes ao estado, tombados como patrimônio histórico e ou cultural pela União, estado ou município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de informação de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Saúde, solicitando informações sobre os convênios, acordos, contratos ou instrumentos correlatos firmados entre o estado e as pessoas físicas e ou jurídicas de direito privado, que permitem a utilização e/ou cessão de hospitais da rede pública estadual, suas instalações e equipamentos para a realização de cirurgias eletivas ou pagas pelos pacientes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário de Justiça e de Cidadania, solicitando informações sobre o funcionamento do presídio de Rio do Sul.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados., estive, neste final de semana, em Rio do Sul, no alto vale, e passei nas imediações, nas proximidades, deputado Pedro Uczai, da obra do Presídio Regional de Rio do Sul, que foi iniciado ainda no primeiro governo de Luiz Henrique.

O Presídio Regional, por proposição do deputado Onofre Santo Agostini, recebe o nome de Mário Ponticelli, que era meu primo, inclusive, mas correligionário do Democratas, deputado Gelson Merísio, e que foi delegado regional de Rio do Sul durante longos anos, tendo uma relação muito próxima com o deputado Onofre Santo Agostini, quando dirigiu a penitenciária de Curitibaanos.

Essa obra foi iniciada no começo deste governo, e todos nós sabemos da falência do sistema carcerário no Brasil, especialmente em Santa Catarina. Quero chamar a atenção de v.exas. para mostrar, deputado Serafim Venzon, mais um descaso da aplicação do recurso público. É uma obra que foi iniciada ainda no primeiro governo do Luiz Henrique, mas que está há mais de ano sem continuidade, deputada Professora Odete de Jesus. E eu tenho aqui um relatório que aponta as irregularidades e o porquê de ela ainda não ter entrado em funcionamento.

Peço à assessoria que possa mostrar as fotos que colhemos lá naquela obra tão necessária para o município de Rio do Sul.

(Procede-se a projeção de fotos.)

Peço a atenção de v.exas. Vejam que a obra deve ter uns quatro anos de execução, e desde novembro do ano passado encontra-se desse jeito.

Deputado Kennedy Nunes, é um absurdo a gambiarra, o desperdício. Vejam a falta de qualidade daquilo que deverá ser o Presídio Regional do alto vale, que ainda não foi inaugurado. É uma obra que aguarda a sua conclusão.

Deputado Nilson Gonçalves, veja as infiltrações em todas as partes. Não tem a mínima condição de entrar em funcionamento e não há, por parte do governo, nenhum posicionamento, nenhuma manifestação.

É inadmissível! Ai está, novamente, a demonstração das infiltrações, do abandono em que se encontra essa obra, que poderia estar ajudando a resolver, deputado Sargento

Amauri Soares, essa situação caótica em que se encontra o sistema carcerário de Santa Catarina.

Ela não tem nenhuma condição de entrar em funcionamento. Pelo que podemos observar, falta visão nas laterais das guaritas do presídio, tem pontos cegos e os policiais que vão fazer a vigilância não conseguiram ter uma visão do todo. Há falta de visão dos solários e pátios, o acesso é inseguro para as guaritas da Polícia Militar, o deslocamento de uma guarita para outra não oferece nenhuma condição de segurança.

Existe o planejamento de construção de um galpão que também se encontra completamente abandonado. A parte que deve abrigar a ala feminina não tem espaço para as agentes prisionais trabalharem. Falta a construção de cela no andar inferior para o recebimento de cadastro e triagem do preso. Há infiltração de água, deputado Silvio Dreveck, nas guaritas destinadas à Polícia Militar. É preciso substituir a laje, falta muro. Enfim, é uma situação de abandono total.

Esse presídio vai ajudar a resolver a carência de vagas que temos no estado, e não há, deputado Manoel Mota, nenhuma explicação. V.Exa. sabe o drama que estamos vivendo em Tubarão, e agora é que se está começando a terraplenagem.

Imagine, deputado Manoel Mota, estamos lutando há tanto tempo por aquela obra tão importante que v.exa. tão bem conhece, e agora qual é a segurança que nós temos, se essa obra que acabei de mostrar está há quase cinco anos nessas condições? É preciso que haja, por parte do secretário de Justiça e Cidadania, uma explicação para esta Casa.

A primeira promessa de inauguração dessa obra, deputado Manoel Mota, era para fevereiro do ano passado. Alguns familiares pediram para que eu me preparasse inclusive para participar da inauguração. E eu disse: "Olha, vai ser a primeira obra deste governo que eu vou ter a oportunidade de participar"! E o faria porque o homenageado é dileto parente que deixou o convívio conosco há mais de 10 anos, e foi um policial exemplar. Não sei se o deputado Sargento Amauri Soares conheceu o delegado Mário Ponticelli? Não é porque era meu parente, e ele nem era do meu partido, mas era correligionário do deputado Gelson Merísio, cabo eleitoral do deputado Onofre Santo Agostini, que é o autor do projeto de lei que denominou Mário Ponticelli aquele presídio porque, como disse, ele foi um dos administradores da penitenciária de Curitibaanos, e o fez com muita competência.

E agora está essa obra aí nessas condições lastimáveis, demonstrando, mais uma vez, o quanto se desperdiça dinheiro público em Santa Catarina, e um sistema carcerário falido colocando em risco a nossa população.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado deputado Joares Ponticelli. V.Exa. levanta um tema relevante e indispensável para debatermos aqui no plenário desta Casa.

Comentava, no dia de hoje, a falta de investimentos na Segurança de um modo geral: a falta de médico legista, que é o caso de São Bento do Sul; a falta de câmeras de vigilância; o problema carcerário há seis anos sem investimentos. Vêm recursos do Fundo Nacional para serem investidos no sistema carcerário catarinense e não se aplicam.

Deputado Joares Ponticelli, v.exa. não estava no plenário, ontem, quando o deputado Manoel Mota disse que v.exa. deve

ser de outro planeta. Eu acredito que nós é que estamos numa dúvida: se somos nós ou é alguém que está em Santa Catarina comandando que não conhece a realidade dos catarinenses, porque só tem uma explicação, não há prioridade de investimentos na segurança e em todos os aspectos.

Por quê? Porque se prioriza as 36 Regionais, que não dão resultado nenhum, como v.exa. falou ontem, o show dos pilotos de Fórmula Um, o Mundo Pop, o filme *Quebrador de Corações* e não tem dinheiro para a segurança.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado pelo seu aparte, nobre deputado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento, principalmente no que diz respeito às condições de insalubridade a que são submetidos também os policiais militares, os agentes prisionais e os policiais civis que trabalham nessas condições. V.Exa. falou na guarita com infiltrações e temos essa realidade na maioria do sistema prisional de Santa Catarina.

Agora, no presídio de Joinville estão construindo uma nova ala para colocar mais cento e setenta e tantos presos. E a guarita que vão fazer chove e pega sol. Ou seja, todas as intempéries do tempo atacam e batem direto no corpo do policial militar que deve estar lá para fazer a segurança da comunidade. Então, isso que diz respeito aos servidores da segurança pública também precisa ser visto.

Parabéns a v.exa. por estar percebendo isso. E pelo seu linguajar dá para notar que tem falado com os policiais militares ou civis no que se refere ao ângulo morto, o de não visão, que também é outra realidade. É por isso que ocorrem as fugas e a responsabilidade, a culpa é do policial que estava lá.

Mas, a construção e a engenharia da obra não facilita, pelo contrário, prejudica o trabalho.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Eu estava ali pensando, deputado Joares Ponticelli, fazendo uma análise deste governo que está aí, e cheguei a uma conclusão: eles não terminaram esse presídio ainda porque preso não vota, mas as Regionais votam e os outros também.

Então, acho que colocar o nome do deputado Joares Ponticelli, não é para homenagear v.exa., não. Acho que é uma forma de retaliação, pelo menos essa é a minha opinião.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Bom, se for essa a preocupação, eu deixei muito claro que o projeto não foi de minha autoria, mas talvez se for a falta de produto, o vereador do PMDB, que é o delegado Regional de Brusque, foi preso hoje, e pode inaugurar.

Mas, eu vou falar sobre esse tema daqui a pouco...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

A sra. deputada Ada De Luca informou a esta Presidência que está retirando o projeto de pauta para que possa, com as emendas de Plenário, corrigir as distorções levantadas pelos srs. parlamentares e, por isso, esta Presidência retira de pauta o Projeto de Lei n. 0151/2008.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de agradecer a presença do César Benteski, diretor do jornal *A Gazeta*, de São Bento do Sul, juntamente com Luciano Weber, que é jornalista lá também do planalto norte. Quero agradecer também a presença do deputado Carlos Chiodini de Jaraguá do Sul, que se encontra nesta Casa.

Sejam bem-vindos a esta Casa e esperamos que esta se torne sua Casa quando assim eles o desejarem.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Quero apenas registrar a presença dos vereadores do município de Urubici, o presidente da Câmara de Vereadores, Márcio Niehues e os demais vereadores que hoje visitam este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Inscrito para falar o sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

A partir deste momento a Mesa passa a ser conduzida pelo sr. deputado Moacir Sopelsa, primeiro-secretário.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Queremos anunciar a presença do prefeito de Campo Erê, sr. Odilson Vicente de Lima, conhecido popularmente como Nego Lima, e de seu assessor.

Sejam bem-vindos a esta Casa. O PT ajudou a elegê-lo em Campo Erê. Portanto, desejamos boas-vindas ao Parlamento catarinense.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, desejo anunciar a presença de uma comitiva do meu município Botuverá, da minha terra natal, dos vereadores Valmir José Betineli, do PSDB, do Geramir Vicentini, do PMDB, juntamente com Mário Fachini, que vieram participar dos trabalhos desta Casa. Bem como de uma comitiva de vereadores de Urubici, o Gilberto Morgan, Pedro Romário Lorenzetti, Luiz Roberto e Márcio Niehues.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores que nos assistem pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, hoje é um dia histórico, deputado Renato Hinnig, para Blumenau e para a região, porque entra em campo, no monumental do Sesi para onde todas as atenções do estado de Santa Catarina estarão voltadas, o Metropolitano, que tem a oportunidade histórica de ser o campeão do retorno do Campeonato Catarinense de Futebol.

Dizia Albert Einstein: "Algo só é impossível até que alguém duvide e aí acaba provando ao contrário." E o Metropolitano duvidou, acreditou, apesar da campanha muito modesta que fizemos no primeiro turno, hoje à noite o Sesi de Blumenau e toda a região metropolitana vai poder assistir um espetáculo de futebol.

Deputado Valmir Comin, é momento de júbilo e de alegria para a região do vale do Itajaí, de Blumenau, de Pomerode, de Timbó, de Ascurra, de Rodeio, de Gaspar, de Ilhota, enfim, de toda a nossa região. Qualquer que seja o resultado que obtiver o Metropolitano, deputado Elizeu Mattos, esta noite, o dia 25 de março ficará cravado na história do nosso clube, do nosso time, de Blumenau.

Temos essa noite memorável em Blumenau, deputado Kennedy Nunes, mas também estaremos torcendo para que o Joinville possa empatar, não precisa ganhar do Chapecoense, porque dentro da arena não tem como perder, vai no mínimo empatar e assim classificar o Metropolitano para o quadrangular final do Campeonato Catarinense de Futebol.

O Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - O nosso Joinville Esporte Clube que já foi dez vezes campeão, no tempo do Waldomiro Schutlzler; entrou numa decadência depois que a política entrou lá. Agora a política saiu, tiraram o sapo que estava enterrado na arena e o JEC se levantou de novo.

É claro que na última vez entrou de meio salto alto, pois o Avaí foi lá e tirou o nosso pontinho extra, mas tomara que o Metropolitano possa conseguir e entrar, não só campeão, mas com um pontinho extra no quadrangular final.

Por isso, nós vamos fazer tudo para ganhar na arena hoje do Chapecoense e os nobres deputados de Chapecó que nos perdoem, vamos tentar de tudo para dar ao Metropolitano esta vaga, mas também para dar alegria aos grandes jequianos que temos lá. O deputado Pedro Uczai com certeza vai torcer contra, mas nós vamos estar lá.

O Sr. Deputado Pedro Uczai (Intervindo) - O Chapecoense vai ganhar do Joinville. Nós estamos fazendo fé e o Chapecoense será campeão catarinense este ano.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Hoje o empate está de bom tamanho!

Mas eu quero dizer, deputado Manoel Mota, que a história do Metropolitano não foi fácil, nós fundamos este clube em 2002. E quero parabenizar o jornalista e publicitário, Altair Carlos Pimpão, que em 2002 teve a idéia e disse: "Por que não chamar esse time de Metropolitano? Por que não chamar esse time da região metropolitana de Blumenau?" E pegou!

O primeiro presidente foi Afonso Santos Rogério, que na semana retrasada quando infelizmente perdemos para o Figueirense, estava sentado na arquibancada

torcendo pelo Metropolitano, mostrando o seu amor. Daí foi feita uma diretoria, jogamos com dificuldades em 2003. Jogamos em 2004 também com dificuldades, mas daí já estava quase na série especial, jogando na segunda divisão.

Tivemos a sorte, a competência, a garra, a dedicação, a vontade e o entusiasmo de levar o Metropolitano para frente. Em 2005, já conseguimos fazer uma campanha que nos tirou da série A2, levando já em 2007 para jogar o campeonato catarinense.

Com muita dificuldade, uma nova equipe, um nove time assume o Metropolitano. Empresários de renome, a comunidade, enfim, assume e já estamos há dois anos, caminhando para o terceiro, na série A do campeonato.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ouço por quinze segundos o avaiano, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado.

Quero parabenizar o Metropolitano, v.exa. e todos aqueles que constroem aquele time no vale do Itajaí, na região metropolitana de Blumenau.

Prestando atenção na sua explanação sobre o processo de construção, de dificuldade, de andamento e de progresso do Metropolitano, quero dizer de fato que o time está indo muito bem, está progredindo e quem sabe um dia possa vir a ser, nos próximos anos, campeão do estado de Santa Catarina.

Na noite de hoje, infelizmente, vai dar Avaí, que é o time da série A do Campeonato Brasileiro e temos muita honra por isso.

Muito obrigado, mas os dias estão azuis em Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Convido v.exa. para estar lá hoje no monumental do Sesi para conferir *in loco* as mais de sete mil pessoas que estarão lá, e até já colocamos uma arquibancada metálica. O Sesi estará entupido e a torcida do Metropolitano quando canta naquele estádio arrepiá Blumenau, faz a população torcer nos quatro cantos da cidade pelo Metropolitano.

Um dos hinos diz: "Oh, oh, oh e ninguém cala o nosso amor pelo Metropolitano."

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ouço por dez segundos o deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu só quero parabenizar v.exa. porque o Metropolitano está dando um banho de bola e tem que ser respeitado.

Quero parabenizar esse time jovem, que vem se erguendo. E acho que está na hora de Blumenau ter uma representação muito forte no futebol.

Parabéns, porque o time está bom, está dando resposta e resultado para a cidade de Blumenau.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Obrigado, deputado Manoel Mota.

É com muita alegria também que gostaria de anunciar a diretoria que hoje conduz o Metropolitano: Vilberto de Oliveira Schürmann, que tem história no futebol, jogou e conhece; o Pingo, nosso presidente que tem feito um grande trabalho ao lado de Jaime de Andrade, vice-presidente, que foi presidente do Metropolitano, também executivo, em 2007; no futebol profissional temos o Sérgio Olinger, o Afonso Zimmermann e o John Alexandre Zutter; a diretoria é composta por Vilmar da

Costa, Ronei Schultze, Saulo Ramos Raitz, Romeu Reichert, Jair Denilson Theiss, John Alexandre Zutter e Ronaldo Loos.

Enfim, realmente quero parabenizar e dizer que hoje à noite, se Deus quiser, a sorte ajudar e o técnico Lio Evaristo conduzir o Metropolitano, o Verdão, como é conhecido pela nossa Blumenau e pelo vale do Itajaí, a vitória será nossa e torceremos para um resultado positivo na arena, fazendo com que nós possamos disputar o quadrangular final.

Quero também parabenizar a torcida do Metropolitano e dizer a você torcedor que independentemente resultado, nós já podemos bater no peito e dizer que fizemos uma grande campanha. No primeiro turno com dificuldades, mas no segundo turno, no retorno com muita alegria. Aproveite para parabenizar os jogadores, o Acerola que está até agora tentando se livrar da contusão que teve no jogo de domingo, e se Deus quiser estará pronto para defender as cores do Verdão, o Metropolitano, a nossa Blumenau, e levar o time para o quadrangular final, que é o objetivo de toda nossa gente.

Com certeza será uma noite que ficará gravada na história de Blumenau. Campeão do primeiro turno, se Deus quiser, e indo para o quadrangular final, deputado Manoel Mota, faça suas as minhas palavras.

Mas acho que esse é o nosso ano. E saio daqui da Casa hoje, do Parlamento e vou colocar a minha camisa verde, querido e amigo deputado Marcos Vieira. Saio da Ilha, do berço do Avaí e do Figueirense, mas vou para lá com muito amor, com muita alegria torcer pelo Verdão.

Dá-lhe! É a tua vez!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, o deputado Giancarlo Tomelin, pode sair daqui vestido com a camisa verde, mas a final, evidentemente, que vai dar camisa azul e branco, não tenho a menor dúvida disso.

Mas, sr. presidente com muita satisfação estamos recebendo a visita de dois grandes amigos que temos. O primeiro deles é o Adriano Ribeiro, que é diretor presidente do Jornal *Informe*, da cidade de Caçador. Cidade esta que na sexta-feira, dia 27 de Março, estará completando 75 anos de emancipação político-administrativa e que tem no comando daquela cidade o meu amigo e companheiro Saulo Sperotto, que é prefeito da cidade.

Igualmente, sr. presidente, também tenho a satisfação de receber aqui o querido prefeito da bela cidade de Campo Erê, quase extremo oeste de Santa Catarina, sr. Odilson de Lima, mais conhecido como Nego Lima, que está aqui no plenário nos visitando.

Então, sejam bem-vindos! É bom tê-los aqui no Parlamento catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Marcos Vieira. E fica registrada a presença das autoridades por v.exa. mencionadas.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, é que quando o nosso prefeito de Campo Erê chegou aqui no plenário, e ele tem muitos amigos aqui na Casa, uns dois ou três deputados disseram

que iriam registrar a presença dele, mas como é que se cita o nome dele? O melhor é registrar como Nego Lima. Se chamar pelo nome completo fica difícil, chamando de Nego Lima, todos o conhecem.

Seja bem-vindo, nosso prefeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Bem espriada a campanha do deputado Marcos Vieira, deputado Joares Ponticelli.nadia

Ainda em Explicação Pessoal, inscrito para falar o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sras. e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero neste instante fazer algumas considerações sobre o movimento dos aposentados do país e também em Santa Catarina.

Antes disso, quero dizer ao eminente deputado Joares Ponticelli que eu não tenho conhecimento do presidio de Rio do Sul e, por eu não ter conhecimento, não posso vir aqui em defesa de uma coisa que eu não conheço. Mas prometo que vou fazer todo o levantamento para poder defender, ajudar ou criticar. Prometo que virei aqui fazer com que a sociedade conheça toda a história do presidio que foi aqui citado pelo eminente deputado Joares Ponticelli.

É que passou tanto tempo, eles tiveram tanto tempo de governo e fizeram tão pouco que agora eles têm que criticar aqueles que estão fazendo e continuam a fazer.

Mas eu queria dizer, sr. presidente, que Santa Catarina tem uma história muito linda de luta por aqueles que trabalharam, lutaram, derramaram suor, sangue, lágrimas, que são os nossos aposentados e pensionistas. Nós sabemos perfeitamente que o *slogan* Brasil um País de Todos não está correto, porque falta um pouquinho aos aposentados no país de todos.

As pessoas lutam uma vida toda para aumentar o seu salário, para se aposentar com um pouquinho a mais (eu não estou falando somente do governo atual, não, e sim de todos os governos que passaram, todos os governos que comandaram a Presidência deste país); aquele que ganha um pouquinho mais do que o salário mínimo ganha a metade do percentual e dentro de quatro ou cinco anos irá ganhar um salário mínimo.

Então, é um desrespeito com os aposentados e pensionistas deste país.

Em 1993, houve uma manifestação muito forte dos aposentados de Santa Catarina aqui em Florianópolis. Vieram aposentados para cá de todo o sul do estado, como também de Joinville e outras regiões. Mas na época inventaram de passar a pé na ponte Pedro Ivo Campos e aí houve um desdobramento, houve pancadaria, houve judiaria e muitas pessoas se machucaram, como o sr. Cechinel, hoje falecido, de 76 anos, que ficou com o queixo quebrado. Esse fato chamou a atenção do Brasil inteiro, que reconheceu que graças à luta dos aposentados catarinenses foram emplacados 147%.

E eu, com todos esses mandatos - eles sabiam que eu estava vindo -, fui recebê-los e o tratamento foi igual: uma pauleira sem limite, sem tamanho. Mas participamos e não deixamos os aposentados sozinhos, eles merecem respeito, e muito respeito!

Hoje, o Brasil inteiro sabe perfeitamente que isso só foi conquistado - na época o governo dizia que não tinha como pagar - depois que o pau quebrou, depois que aconteceu tudo aquilo, sendo dados assim 147%. E aí eles viram que não havia problema

algum, que eles tinham como pagar. E onde estão os 147%?! De 1993 para cá já desapareceu tudo de novo.

E quinta-feira, dia 20, os aposentados do Brasil inteiro fecharam a ponte de Niterói, fecharam São Paulo, fecharam o Brasil inteiro. E Santa Catarina fechou a ponte da Cabeçada durante 35 minutos. Havia mais de 40 ônibus, com aproximadamente 2.000 aposentados lutando por um direito profissional que está sendo desrespeitado. Lá havia aposentado, pensionista, foi um movimento organizado sem tamanho. E não podemos esquecer o Iburici Fernandes, de Concórdia, da sua terra, sr. presidente.

Eles estavam numa organização a toda prova, com toda a diretoria, com as associações de aposentados de Urussanga, de Cocal, de Criciúma, de Rio Maina, de Forquilha, de Morro da Fumaça, de Tubarão, de Imbituba, de Lauro Müller e de outros municípios. Estava lá também a delegação com a associação de aposentados de Concórdia, Videira, Joinville e do país inteiro buscando a aprovação de um projeto no Congresso Nacional.

Esse projeto é de autoria do senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, para garantir que aquilo que o aposentado pagou ao longo de sua vida seja respeitado, seja incluído no salário mínimo. E o projeto está ganhando corpo, está avançando e por isso houve a mobilização no país inteiro.

Santa Catarina, mais uma vez, deu uma demonstração de trabalho, de organização, pois foi um movimento pacífico, ordeiro. Eles disseram que seriam 30, 35 minutos de movimento e ele foi encerrado em 35 minutos, porque era um compromisso deles. E eu, que estava lá defendendo essa categoria porque havia muitos jovens, perguntei a eles por que estavam lá e eles me responderam que isso poderia acontecer com eles amanhã.

Eu não estou criticando, srs. deputados, somente o atual governo, eu estou criticando todos os governos que já passaram pelo governo federal. E hoje continua a mobilização, o movimento.

É preciso reconhecer o papel do aposentado, da pensionista que trabalhou, que lutou, que pagou a Previdência, que tem legitimamente assegurados os seus direitos que hoje lhes foram tirados. E aqueles que trabalharam fazendo serão, fazendo hora extra para ganhar mais, como é que vão agora se sustentar e comprar o remédio para garantir a sua sobrevivência? Então, é preciso reconhecer tudo isso.

Os aposentados de Santa Catarina, nessa organização, têm dado uma demonstração para o país inteiro do que é se organizar, do que é trabalhar, do que é buscar resultado. E o presidente Iburici Fernandes, que veio de Concórdia, que vem organizando os aposentados de Santa Catarina, deu um banho de organização junto com toda a diretoria da federação dos aposentados de Santa Catarina.

Eu prometi, lá em cima do ônibus do som, que enquanto eu viver na vida pública vou defender essa categoria com garra, determinação, onde estiver, porque eles são fundamentais, eles foram importantes para construir a beleza que é este país! Alguém ajudou a construí-lo e foi o aposentado, foi o pensionista! Por que os seus direitos agora foram castrados? Então, é preciso haver esse reconhecimento.

Nós vamos votar, sim, e votar juntos em todos os movimentos.

Então, quero aqui parabenizar o presidente Iburici Fernandes, junto com a

diretoria, e todos os presidentes da Associação de Aposentados e Pensionistas do Estado de Santa Catarina, que deram uma lição...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados e catarinenses que nos acompanham através da TVAL e pela Rádio Digital Alesc, ainda sobre o *ranking* dos governadores, deputado Pedro Uczai, publicado pela *Folha de S. Paulo*, no dia de hoje, eu quero dizer que desejamos ouvir aqui manifestações de deputados da base do governo de cumprimento ao governador Aécio Neves por liderar o *ranking* dos melhores governos em todo o Brasil e nos associamos a essa manifestação.

O governador Aécio Neves está fazendo um governo bem diferente do governo de Luiz Henrique da Silveira, pois há choque de gestão: lá, há menos de 30 secretarias num estado que tem mais de 800 municípios, ao passo que aqui há mais de 50 secretarias para menos de 300 municípios. Nós só lamentamos que o governador de Santa Catarina não se espelhe mais na administração do governador Aécio Neves.

Então, quero cumprimentar o governador Aécio Neves e o seu governo, que conseguiram o primeiro lugar no *ranking*, com 7.6 de aprovação.

Agora, deputado Pedro Uczai, passou batida a posição de Luiz Henrique da Silveira que está, nesse mesmo *ranking*, em oitavo lugar, de dez. Ele está quase empatado com outro peemedebista, o Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, que está em nono lugar, e com a Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul, que é a lanterninha.

O desempenho, deputado Décio Góes, de Luiz Henrique da Silveira nessa pesquisa do *Datafolha* é sofrível!

Vamos ver o que está na matéria sobre Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Os peemedebistas Luiz Henrique da Silveira e Sérgio Cabral sofreram queda. Antes, na sexta colocação, o governador de Santa Catarina caiu para oitavo no *ranking*". Ficou em oitavo lugar, de dez governadores.

Parece-me que a falácia da descentralização está caindo por terra, despencando no *ranking* nacional. É lamentável ver Santa Catarina num cenário desse. E olha que não é por falta de gente para falar bem do governo nem falta de gente empregada no governo com altos salários para responder a pesquisa. Nada disso adiantou: Luiz Henrique da Silveira, de dez governadores, de dez posições, está em oitavo. Na próxima pesquisa, do jeito que está, vai tocar a tropa, vai bater a Yeda Crusius. Por quê? Porque caminha para isso! A notícia de hoje, por exemplo, dá conta de mais um membro do governo preso. E é com tristeza que digo isso!

V.Exas. sabem que está em curso, desde às 6h de hoje, uma operação da Polícia Federal, com policiais federais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que já prenderam três policiais civis e, infelizmente, deputado Sargento Amauri Soares, sete policiais militares acabaram também envolvidos pela máfia da jogatina.

Mas, o que é pior, o delegado Regional de Brusque chamado Ademir Braz de Souza, o único vereador do PMDB de Brusque, deputado Pedro Uczai, está preso! Mais um

vereador membro do governo, amigo pessoal de Luiz Henrique da Silveira, está preso! Mais um está preso! O delegado de Joinville já esteve preso, que é, de igual forma, vereador; o diretor do porto de Itajaí, que era muito amigo de Luiz Henrique, e o Aldo Hey Neto, que não foi preso porque escapou, que é amigo também do governador.

Então, quando escuto alguns próceres do PMDB dizer que Esperidião Amin precisa fazer uma associação de ex-amigos, eu acho até que eles têm razão, mas graças a Deus que dos ex-amigos de Esperidião Amin eu não tenho notícias de ninguém preso. Agora, ex-amigo de Luiz Henrique preso há de monte. E, o que é pior, nessas horas o governador os abandona!

Quando a Polícia Federal coloca o "bicho na grade", o governador diz que não tem nada a ver com isso. Nada! Ele o abandona na cadeia. Quando a Polícia Federal prendeu o Aldo Hey Neto, o governador Luiz Henrique disse que não tinha nada a ver com aquilo. Quando a Polícia Federal andou atrás do ex-secretário da Fazenda, também de Joinville, o Luiz Henrique rompeu com ele. Quando a Polícia Federal prendeu o diretor do porto de Itajaí, amigo do governador, ele também disse que não tinha nada a ver com isso.

Então, se for verdade que o Amin tem uma associação de ex-amigos, eles estão soltos, e se eles foram presos, não foram abandonados na cadeia! E Luiz Henrique já tem uma associação de ex-amigos abandonados na cadeia, que estão desassistidos!

O delegado Regional de Brusque, vereador do PMDB, de nome Ademir Braz de Souza, candidato a deputado estadual pelo PMDB em 2002, concorreu a uma vaga nesta Casa, está preso. E agora pasmem, srs. deputados: o jornal *A Tribuna*, de Brusque, no dia 4 de fevereiro deste ano, denunciou que o cassino funcionava próximo à prefeitura e ao Fórum.

Nesse jornal está o seguinte:
(Passa a ler.)

"Uma simples batida na porta de madeira fez com que o funcionário que cuida do local nos permitisse adentrar no interior do cassino. Em segundos estamos cercados de máquinas dos mais variados tipos e modelos. Um ambiente de aproximadamente 150 m², área nobre da cidade, vizinho da prefeitura, da Câmara Municipal e do Fórum da cidade.

A contravenção está recolhendo rios de dinheiro com suas máquinas de videoloteria. A grande maioria dos moradores da cidade de Brusque são conhecedores da vasta quantidade de máquinas que diariamente roubam o dinheiro dos apostadores.

A delegacia de polícia de Brusque, com o efetivo reduzido, não tem no momento como priorizar esse tipo de ação. O delegado Fernando de Fávère, em entrevista ao jornal *A Tribuna*, revelou que a polícia iria combater incansavelmente a contravenção dos jogos de azar na cidade. Mas como o efetivo é baixo, a solução dada para o caso pelo delegado Regional Ademir Braz de Souza é a seguinte: já que o setor de jogos fica dentro da Regional, deixa que eu cuida."

No dia 4 de fevereiro deste ano, conforme o jornal *A Tribuna*, de Brusque, deputado Sargento Amauri Soares, o delegado da comarca foi lá fazer uma batida e o delegado Regional disse que cuidaria do caso, que isso era de responsabilidade da Regional, ou seja, a raposa passou a cuidar do galinheiro. A raposa disse: deixa que do galinheiro eu cuida. E disse mais o delegado Regional: que essas investigações seriam

feitas pelos policiais da delegacia Regional, o que foi acatado pelo delegado da comarca, que acabou vendo essa como uma boa idéia para resolver o problema.

O delegado Fernando de Fávère, que eu não conheço, estava bem intencionado e foi lá querer resolver o problema! E o delegado Regional Ademir Braz de Souza, que é vereador do PMDB, é mais um ex-amigo de Luiz Henrique - a essas alturas ex-amigo de Luiz Henrique - preso pela Polícia Federal. É profundamente lamentável esse estado de coisas. E continuo dizendo que o Cadeião, para prender membro do governo, está espichando.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAI, pessoas que nos acompanham nesta sessão, eu preciso retomar o tema que move a consciência, as angústias e até o desespero de milhares de servidores públicos de Santa Catarina, especialmente os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, assim como o Movimento das Esposas e Familiares de Praças, que estão há mais de três meses em luta, em mobilização contínua, na expectativa de ver prosperar neste estado a tão sonhada justiça salarial que discutimos lá na fundação da Aprasc, há quase oito anos, em 2001 para 2002.

Deveria prosperar o plano de carreira que efetivamente faça cumprir, pelo menos, 1/3 daquilo que o governador do estado tanto prometeu, e em nome do que tanto discursou ao longo dos últimos seis ou sete anos.

Nós estamos vendo agora, depois de dois anos e três meses do segundo mandato do governador Luiz Henrique, a estagnação quase completa de todos os progressos parciais do primeiro mandato. E já temos feito essa reflexão aqui desde maio de 2007, há quase dois anos, portanto. No primeiro mandato do governador Luiz Henrique, nós tivemos avanços parciais, mas importantes, e no segundo mandato absolutamente nada, a estagnação, a negação, inclusive, de tudo aquilo que foi discutido e construído no primeiro mandato, a negação da política salarial e da justiça salarial, a negação do plano de carreira que também foi aprovado com aplausos nesta Casa, na legislatura anterior, portanto no primeiro mandato do governador Luiz Henrique.

A última moda na Segurança Pública, que é uma moda nova, de 174 anos somente, é que o comandante-geral representa todos os policiais e bombeiros junto ao governo do estado. Isso foi instituído no começo de janeiro para dar uma resposta aos praças por aquele movimento de dezembro, uma resposta eficiente, gerencial, de administração competente por parte dos gestores e do comando da Polícia Militar junto ao secretário de Segurança e o governo do estado. Pois o resultado é que frearam o plano de carreira, estão estagnando a carreira de praças. Apesar de os oficiais serem menos de mil e dos praças serem praticamente dez mil, há mais vaga de curso para oficial do que para praça. Isso é a gestão e a representação feita junto aos órgãos do governo pelo comandante-geral, que disse que representa todos os policiais militares.

É uma realidade dramática, mais de três meses de mobilização permanente, vigílias montadas em seis cidades do estado, com muito sacrifício, com muita dificuldade, e o silêncio sepulcral por parte dos órgãos de governo.

O governador Luiz Henrique tem dito que a Aprasc não existe, entrou na Justiça para dissolvê-la, o comandante proíbe usar a camisa da Aprasc no interior das unidades

militares, proíbe os policiais militares - e isso também se repete no Corpo de Bombeiros - de saírem da cidade para participar de uma reunião ou para qualquer outro motivo, isso desde o começo de janeiro. E a desculpa lá é que era verão, período em que aumenta a criminalidade, etc. O verão já acabou e a ordem continua.

Ao mesmo tempo, o governador em pessoa e o secretário de Segurança vão para os meios de comunicação dizer que o problema é por causa da postura político-eleitoreira de algumas lideranças da categoria. Não dizem nome - e o governador diz o nome -, mas é evidente que estão falando deste deputado. E ao mesmo tempo gastam metade desse tempo que têm nos meios de comunicação para falar de segurança pública e da administração pública, para falar dos seus projetos eleitorais. Vão lá para falar de segurança pública, mas gastam metade do tempo para falar de seus projetos eleitorais e acusam este deputado de fazer política eleitoral. É a categoria! E daí não espanta o resultado de pesquisa que o deputado Joares Ponticelli estava falando, porque se pensam que é meia dúzia de praças ou que é este deputado nesta tribuna esbravejando sozinho, estão enganados!

Eu propus, no dia 12 de março, e antes disso - e o soldado Eliseu, diretor da Aprasc, um dos que estão no Conselho de Disciplina para ser excluído da polícia, depois de 22 anos trabalhando sem punição, sabe disso -, desmontarmos as vigílias, e os praças e o Movimento das Esposas e Familiares de Praças disseram não, nós vamos permanecer enquanto perdurar essa situação.

Já vamos completar três meses morando nas praças, e o silêncio sepulcral também dos secretários de estado, que, ao invés de discutir e resolver o problema, ficam arrumando argumentos. O último foi que o problema é político-eleitoral. Político-eleitoral pode ser, porque lá atrás, para ganhar eleição e ganhar voto, prometeram mundos e fundos, convenceram-nos de que fariam e não fizeram.

E a pergunta que fica é a seguinte: será - e aí não só o governador Luiz Henrique, os partidos da tríplice aliança que governam o estado em todas as suas secretarias - que vão esperar as vésperas da eleição do ano que vem para querer conversar com os praças? Será que nos levarão ao sacrifício cada vez mais extremado?

Ao mesmo tempo, deputado Dirceu Dresch, a Corregedoria da Polícia Militar, tão eficiente para investigar, para vasculhar, para perseguir, para fotografar, para filmar cada passo dos policiais e bombeiros dos praças que participam das mobilizações - e v.exa. percebeu, no dia 1º de fevereiro, sete deputados, e alguém da Polícia Militar mandou um P2 ir lá fotografar para ver o que estava acontecendo -, não percebe policiais envolvidos em propina, em escândalo, em jogatina pelo estado afora. A Corregedoria é eficiente para investigar policiais honestos que reivindicam os seus direitos, e é inócua para investigar situações de descalabro, de vergonha, de corrupção que desmoraliza a nossa instituição e desmoraliza a Segurança Pública de Santa Catarina.

Este era o registro que queria fazer na tarde de hoje.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Concedo um aparte ao deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Eu quero, neste aparte que v.exa. me concedeu, registrar de fato essa coragem dos

policiais, dos praças, principalmente das mulheres que estão coordenando essa luta no estado e que não se estão abatendo com ameaças e tal e continuam nessa caminhada. Isso é importantíssimo para o futuro de Santa Catarina, para o serviço público de segurança pública do nosso estado e, principalmente, para a democracia, pois não se pode admitir que o nosso estado tenha esse tipo de ação ainda, com tanta pressão, com tanta perseguição às pessoas que lutam por seus direitos.

O pior é que o próprio estado, o próprio governador reconheceu essa luta em tempos passados, e, inclusive, podemos dizer assim, aproveitou o momento para ganhar votos em cima de uma categoria tão importante e agora não quer ouvir essa categoria que está em luta.

Então, essa é a contradição que vivemos aqui e, com certeza, a continuidade da luta é fundamental para se obter a conquista.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Portanto, fica aqui o nosso registro daquilo que dizíamos lá em dezembro e nos meses passados: quem estava na manifestação, quem estava lutando por salário e por dignidade eram os melhores policiais e bombeiros de Santa Catarina, enquanto que não estão olhando para aqueles que estão fazendo outras coisas, e isso é lamentável!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda inscrito para falar, em Explicação Pessoal, o deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, faço uso da tribuna, na tarde desta quarta-feira, para poder registrar aqui um grande encontro do qual tive a oportunidade também de participar, representando o secretário nacional do ministério das Cidades, Leodegar Tiscoski, que estava numa conferência sobre saneamento na Turquia.

Participei de um encontro encabeçado pela Caixa Econômica Federal, no sul do estado, no Laguna Tourist Hotel, onde estava a representação de mais de 300 lideranças da Amesc, Amrec, Amurel e Amures, com a participação efetiva da senadora Ideli Salvatti, do deputado federal Edinho Bez e, também do deputado federal Cláudio Vignatti. E na oportunidade a Caixa Econômica Federal tomou uma iniciativa, e eu entendo ser louvável e necessária, no sentido de esclarecer, de aprimorar, de qualificar os profissionais da área pública, os secretários municipais, para os encaminhamentos práticos e objetivos para buscar os recursos na esfera federal, que são uma monta significativa, em que mais de 60% dos projetos hoje encaminhados acabam perdendo-se na vala comum, por falta de qualificação, de uma formatação adequada, ingressando no site dos ministérios para poder acessar esses recursos.

Espero que esse exemplo seja seguido nas demais regiões do estado de Santa Catarina, porque outros estados da federação estão fazendo isso. E os projetos que não são bem encaminhados acabam ficando e os recursos acabam sendo canalizados para outras regiões do Brasil.

Por isso foi muito importante. Foi uma participação efetiva por parte do gerenciamento da Caixa Econômica Federal no sul do estado, e toda a sua equipe técnica.

Eu li a Edição 237, de 19 de março, do jornal *Vanguarda*, de Urussanga, na minha região, que falava sobre cirurgias de redução de estômago, obesidade mórbida.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Quero elogiar v.exa., porque os seus pronunciamentos sempre têm sido de caráter técnico, que é a sua formação, e sempre preocupado com a sua região.

Eu tenho observado, ao longo da experiência também que tive, já que realizei o primeiro encontro de todos os prefeitos dos municípios do nosso litoral para tratar de saneamento, começando pelas praias, que todos os rios que vêm para o nosso litoral, vêm para poluir. Os nossos rios de interior também não têm saneamento, não têm tratamento; são usados, inclusive, como canal de esgoto. Isso é triste, e é verdade.

Mas quero dizer que realmente há disponibilidade de recursos ou na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil, no Badesco, no BNDES. Inclusive, o município que não tem recurso ou capacidade de endividamento pode chamar uma empresa privada, licitar, de forma transparente, honesta e coerente.

E daí a minha preocupação, porque realmente muitos projetos são prejudicados pois não têm a forma correta de ser feito. E aqui eu quero alertar. E também, o fundo de contrapartida, quer dizer, a parte da contrapartida. Hoje, qualquer empréstimo tem que ter 25% de contrapartida.

Então, fiz uma indicação aqui para que se crie junto um consórcio entre governo do estado, prefeituras, iniciativa privada, um fundo de contrapartida e de projetos para serem feitos corretamente - e há custo para isso; às vezes não está no Orçamento, mas daí o governo não pode autorizar a despesa não prevista, e inclusive o prefeito também -, e ter a contrapartida para realizar a obra.

Portanto, é louvável essa iniciativa. Acho que a Fecam tem que propiciar isso em todas as regiões, e participarmos, como deputado, é muito importante, porque hoje não é mais possível ficarmos com 11% em saneamento.

Era isto que gostaria de dizer!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Deputado Professor Sérgio Grando, realmente esse encontro foi uma iniciativa da Caixa Econômica Federal. E nós precisamos parabenizar essa investidora dentro daquilo que v.exa. aqui coloca. Recursos existem e muitos! Cito um exemplo - e talvez a maioria dos catarinenses não tenha essa informação -: nós temos, hoje, um déficit habitacional no país em torno de 13 a 14 milhões de moradias. Isso é o estado do Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul juntos! Para cada habitante, uma residência! E o governo federal, o governo Lula, pretende implementar agora 1 milhão de casas.

Então, vejamos bem os recursos, que nicho de mercado existe para as parcerias da iniciativa privada, quantas licitações poderão ocorrer, quanta movimentação econômica, principalmente num momento como esse de dificuldade, quando se enfrenta uma crise que nem chegou ainda. Ela está chegando neste país que é praticamente um navio grande para fazer a manobra no porto, mas será uma manobra muito lenta, e isso vai demandar dez, 12 meses, talvez um pouco mais.

Assim, essa é a participação de um agente repassador de recursos, como é o caso da Caixa Econômica Federal, que é 100% uma entidade financeira pública. Paralelo a isso vem o Banco do Brasil, que tem 51% do seu custeio público e 49% da iniciativa privada.

Portanto, a grande maioria dos projetos que são encaminhados até os

ministérios, em Brasília, acaba-se perdendo na vala comum, por falta da qualificação realmente dos profissionais. E lá foi muito bem colocado, porque os prefeitos precisam estar atentos, com uma equipe técnica a altura, com uma oficina de projetos para poder viabilizar, formatar bem esses projetos, porque há recursos, e muito, nos ministérios, pelas emendas parlamentares, e a Caixa Econômica faz a sua parte, evidentemente que cobrando também o seu percentual, uma taxa média de 2,5%, mas fomentando esse tipo de iniciativa para que se possa amenizar, com esses recursos federais, essa situação e estimular o crescimento e a economia do estado de Santa Catarina que já sofre. Os dados que temos são de que as receitas nos municípios vêm caindo, e gradativamente, e não é diferente na situação do estado de Santa Catarina.

Por isso eu fiz questão de referendar aqui e aplaudir essa iniciativa por parte da Caixa Econômica Federal. E lá tivemos a participação efetiva, como disse anteriormente, da senadora da República Ideli Salvatti.

Espero que eventos dessa magnitude possam se multiplicar nas demais regiões do estado de Santa Catarina, para que possamos, sim, viabilizar esses recursos que muitas vezes estão empacados, justamente pela falta de qualificação e pela falta de um encaminhamento preciso, eficaz, prático e objetivo para alavancar esses recursos na esfera federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, acompanhei há pouco o pronunciamento do vice-líder do Partido Progressista, o nobre deputado Joares Ponticelli.

Na verdade, deputado Serafim Venzon, líder do PSDB, quando não se fala uma verdade inteira, ela não chega a ser nem uma meia verdade, já passa a ser quase uma mentira.

O deputado falou de uma pesquisa do Instituto *Datafolha*, mas esqueceu do restante da pesquisa. Quem está em casa, deputado Manoel Mota, deputado Renato Hinnig, deputado Pedro Uczai e deputado Sargento Amauri Soares, quem escutou o pronunciamento do nobre deputado Joares Ponticelli deve estar imaginando que Luiz Henrique descambou, caiu nas pesquisas, que a rejeição do governador de Santa Catarina aumentou e muito na pesquisa.

As pessoas que estão nos assistindo e acompanhando a sessão, devem estar perguntando, deputado Renato Hinnig: "Mas como o Luiz Henrique foi nessa pesquisa?" Porque o que se mostrou e tentou-se mostrar aqui é que a população não quer mais o Luiz Henrique. E isso, todos os dias, tenta-se mostrar aqui de uma maneira ou outra. Quanto ao que acontece no estado, se for bom não foi o Luiz Henrique quem fez, mas se for alguma coisa ruim foi Luiz Henrique o culpado.

Mais tarde vou conceder um aparte ao deputado Manoel Mota, mas vamos colocar a verdade por inteiro aqui. O que diz a pesquisa *Datafolha*?

(Passa a ler.)

"Luiz Henrique melhorou no índice de aprovação. Passou de 42% em 2007 para 45% este ano. E melhorou também a rejeição, que caiu de 21% para 17%."

Estamos falando por inteiro. O índice de rejeição de Luiz Henrique que era de 21%

no ano passado caiu para 17%, que é um índice pequeno para um governador que está enfrentando um tiroeteo da Oposição, uma catástrofe atrás de outra, quando não é um tufão, são os morros que escorregam, são as enchentes no sul. Estamos enfrentando um momento difícil. Vivemos uma crise nacional, que todos os municípios e todos os estados estão enfrentando, mas nós também estamos enfrentando. E, mesmo assim, o governador subiu nas pesquisas.

Eu quero aqui também discutir os critérios. Eu acho que o Instituto *Datafolha*, deputado Pedro Uczai, é completamente sério. Há um critério no Instituto *Datafolha* para esse tipo de pesquisa - e nós estávamos conversando com o deputado Renato Hinnig - que se usa muito, ou seja, faz-se a pesquisa na Capital e pouco se pesquisa no interior. Eu tenho a certeza, deputado Professor Grando, de que, se formos fazer a pesquisa no interior, os números sobem e muito. Porque é diferente fazer uma pesquisa na capital, em Santa Catarina, e numa capital, no nordeste. Numa capital, no nordeste, praticamente 70%, 80% da população está em torno da região metropolitana. É diferente do que acontece em Santa Catarina onde as cidades são espalhadas pelo interior do estado.

A melhor pesquisa que existe - e eu não discordo em hipótese alguma da pesquisa - é que o governador subiu, caiu seu índice de rejeição, continua subindo, ou melhor, desde que assumiu o governo, deputado Manoel Mota, nunca parou de subir nas pesquisas de opinião sobre a avaliação do governo.

Mas a melhor pesquisa ainda é aquela que vi lá no Arrançado Serrano de Caminhões. O governador foi lá no domingo, v.exa. era para estar presente e acabou que não podendo ir. Era para o governador ficar lá no arrançado por uma hora. O governador ficou duas horas, porque o povo não o deixava sair. Todo mundo queria tirar foto, o pessoal queria cumprimentá-lo. E não existe melhor avaliação do que ver o que aconteceu em Lages neste último fim de semana com a presença do governador.

Então, por isso, queria aqui fazer o registro: a pesquisa do *Datafolha* diz que o governador Luiz Henrique subiu na relação 2007 e 2008. Essa é a pesquisa *Datafolha*, ela por inteiro. E o índice de rejeição desceu, caiu. Portanto, se ele tinha um índice de rejeição, esse caiu. Trago a verdade por inteiro para que as pessoas que estão nos assistindo em casa saibam que mesmo o *Datafolha* fazendo a pesquisa dentro dos critérios que não avaliam o interior, o governador continua subindo a cada ano na aprovação de seu governo.

Quero colocar outra coisa, rapidamente, que foi ontem dita, aqui, num pré-julgamento, o que condeno muito: "Porque prenderam um 'x' lá, o culpado é o governador, porque o cara era amigo do Luiz Henrique." Ora, é meu amigo e conhecido, bem como do deputado Serafim Venzon. E, por ser nosso conhecido, agora, somos obrigados a controlar os seus desejos? Só faltava isso. Porque o cara que prenderam lá é conhecido, o Luiz Henrique é o culpado. Pelo amor de Deus. Vamos parar de fazer pré-julgamento: "Mas o governador abandona os amigos." Pelo amor de Deus.

Se no passado, quando se prendia um amigo, tinha que se interferir na Justiça, na polícia para soltar alguém, essa não é prática do Luiz Henrique, que defende a legalidade e a independência das instituições. Quem deve julgar se tem crime, deputado Manoel Mota, é a Polícia, é a Justiça. E só se pode falar em julgar, depois que a pessoa tiver condições de

fazer a sua defesa. Houve prisões tempos atrás, aqui, em Florianópolis, feitas pela Polícia Federal, ocasião em que fizeram o maior carnaval, v.exa. sabe muito bem disso. Um cidadão apareceu algemado, mas sequer foi intimado para depor, porque na verdade não era o responsável, ele não tinha nada a ver.

Esse pré-julgamento é muito perigoso! Até que se prove o contrário, foi preso, vai ser averiguado. Isso é serviço da Polícia. Uma coisa tem que ser dita a todos: difícil é controlar os nossos desejos; agora, controlar os desejos dos outros é impossível. Se o governador tiver que controlar os desejos de cada cidadão de Santa Catarina, não vai conseguir. Isso é muito difícil. Agora, ele não pode ter amigos? Se aconteceu, a Justiça vai julgar.

Só queria deixar isso claro, porque tudo o que acontece em Santa Catarina, o governador Luiz Henrique da Silveira é culpado. Se choveu demais, o governador é o culpado, se deu um tufão, o governador é culpado. Agora, se ele inaugura uma obra, dizem que não foi ele quem inaugurou a estrada; se inaugurou uma escola, dizem que não foi ele quem inaugurou a escola.

Há uma inversão de valores total aqui. Vou ser bem sincero com v.exas., daqui a pouco o poste vai começar a fazer xixi no cachorro. Há uma inversão total dos valores. Vamos falar das coisas boas. Mas vemos claramente que acham que quanto pior a situação, melhor. Não é por aí que vamos fazer um grande estado, o estado dos catarinenses, como estão fazendo o governador Luiz Henrique da Silveira e o vice-governador Leonel Pavan.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. sabe o que representa o homem honrado que é o governador do estado de Santa Catarina. Ele é trabalhador, realizador e não merece esse tipo de consideração.

O deputado Joares Ponticelli não faz outra coisa senão assomar à tribuna para criticar, é uma metralhadora disparando. Se perguntarmos qual projeto é de sua autoria aqui na Assembléia Legislativa? Não há! Não tem o que apresentar, só sabe criticar!

Se formos falar de escândalos, o maior escândalo do estado de Santa Catarina foi o que aconteceu em Tubarão quando pegaram um desmanche de carros; quando o delegado que ele indicou, amigo seu, comprou dois carros; quando o vice, que era do seu partido, comprou um carro; quando ele comprou um carro e o cara que foi preso também era seu amigo.

Isso foi um escândalo, mas não levantamos em nenhum momento. Mas somos obrigados a colocar as coisas com clareza para deixar claro aqueles que fazem denúncia vazia, infundada. Acho que falta conteúdo para fazerem o pronunciamento e aí ficam atirando para cá e para lá. Quanto pior, melhor. Querem ver o estado destruído. Ele foi líder e para a sua região não apresentou nada. Então, fica desesperado porque um homem de bem está governando o estado. É desespero total! Está na hora de passar a respeitar quem ganha as eleições. Quem perde tem que perguntar: "Por que eu errei?" Eu não vejo isso, só sabe criticar.

Quero aqui dizer que me orgulho do governo que tenho. Tenho certeza de que 70% dos catarinenses também se orgulham daquele que realiza, que tem compromisso, que hoje faz Santa Catarina crescer, gerando emprego e renda, diferente até do que se vê em outros estados.

Quero cumprimentar v.exa. e dizer que temos que falar a verdade, fazê-la vir à tona. Por isso nós queremos parabenizá-lo pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu só queria dizer que a Oposição no campo das idéias, no campo da administração é muito interessante, mas não sou muito da Oposição no campo pessoal. Eu fico com o campo das idéias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Solpesa) - Temos ainda dois deputados inscritos para falar, os deputados Renato Hinnig e Pedro Uczai.

O Regimento Interno determina que o horário da sessão seja até as 18h. Consulto os deputados se eles não gostariam de dividir o tempo, ou seja, cada um ficaria com cinco minutos.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, agradeço ao deputado Pedro Uczai por dividir o tempo.

A comunicação que quero fazer é rápida, mas se faz necessária, já que amanhã, dia 26 de março, estaremos comemorando 18 anos da criação do Mercosul. Isso merece um registro.

Nesse período, principalmente no início, houve a intenção de se criar uma zona de livre comércio para estreitar as relações culturais entre os países membros e buscar avanços na efetiva integração do mercado comum do sul. Mas as coisas acabaram efetivamente, na prática, não acontecendo da forma rápida como se queria, e, ao completar 18 anos o Mercosul ainda é um bebê. Temos muitas coisas a realizar.

Nos últimos dois anos tenho participado do bloco brasileiro da União Parlamentar do Mercosul, e vejo que existe uma preocupação dos Parlamentos em agilizar algumas coisas, mas, como o Parlamento não é órgão executor, tem-se adotado a prática de discutir alguns assuntos, sendo o poder moderador no sentido de realizar avanços.

No próximo mês de maio a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, através do Bloco Brasileiro da União Parlamentar do Mercosul, estará realizando aqui em Florianópolis um grande encontro onde estaremos discutindo a harmonização da legislação do transporte e também a assistência médica de saúde aos motoristas que trafegam entre os países do Mercosul, para que haja um atendimento integral sob a forma de convênio, que aqui no Brasil vai ser feito pela Unimed.

Também estaremos discutindo a questão dos corredores bioceânicos que estão sendo trabalhados, no sentido de buscar uma efetiva integração dos mercados.

Recentemente assumi a presidência da comissão parlamentar de Relações

Institucionais Internacionais e Integração do Mercosul e gostaria de poder contar com a colaboração dos meus colegas parlamentares para que consigamos realizar um trabalho de divulgação na efetiva busca de integração dos mercados comuns. Acho que esse Parlamento tem muito que contribuir.

É importante registrar que está programada para 2010 a realização da primeira reunião do Parlamento do Mercosul. Santa Catarina também vai participar e precisamos nos informar melhor como vai acontecer esse processo e sobre a importância que vai ter este Parlamento para os avanços que precisamos ter em relação ao Mercosul.

Essa é a comunicação que queria fazer. Agradeço e cedo o restante do tempo ao deputado Pedro Uczai.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Solpesa) - Com a palavra o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, cumprimento v.exa. que preside esta sessão e os demais deputados, agradecendo a disponibilidade desse espaço concedido pelo deputado Renato Hinnig.

Quero falar aqui sobre dois temas. Mas antes disso, só quero fazer um comentário. Deputado Sargento Amauri Soares, quando se traz denúncia aqui, nesta Casa, de um vereador do PMDB ou de um delegado Regional, nós, como parlamentares, temos que ter uma posição unânime. Se tiver corrupção, se tiver problemas, tem que ser investigado e punido exemplarmente. Não dá para defender aqui ou acolá. Tem que haver uma ação imediata, porque senão se faz discurso.

Eu não estou aqui para defender o deputado Joares Ponticelli ou qualquer outro deputado, mas quando um delegado Regional, que deveria cuidar da lei e da ordem estabelecida, envolve-se em maracutaia, tem que haver punição imediata e exemplar. Portanto, nenhum deputado aqui deveria ser conivente com qualquer tipo de denúncia colocada, mas solicitar investigação imediata para apurar se há responsabilidade ou não.

Em segundo lugar, não posso deixar de falar aqui, deputado Dirceu Dresch, v.exa. que é o líder da nossa bancada, sobre esse anúncio de hoje do presidente Lula. Olhem como o tucanato, o DEM e o PFL respondiam à crise. O governo anterior, quando houve várias crises, cortou os salários, arrochou os salários dos servidores públicos federais, cortou os gastos sociais, cortou os programas sociais, cortou investimentos em infra-estrutura e privatizou amplos patrimônios públicos para dar conta e tapar os buracos das crises produzidas pelas políticas neoliberais.

O governo do presidente Lula como responde à crise? Investindo nos programas sociais, investindo nos programas de infra-

estrutura, investindo na geração de emprego no país, investindo no aumento real do salário dos trabalhadores e investindo no setor produtivo através do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. E hoje também anuncia, e o deputado Dirceu Dresch também colocou aqui, um programa nacional de habitação popular para em dois anos realizar o sonho de um milhão de famílias brasileiras, com mais de R\$ 34 bilhões a serem investidos, além do que já vinha sendo investido nesse programa nacional, que é fundamental e decisivo para este país. Isso nos dá uma alegria enorme. É assim que se responde à crise, não é o que os tucanos e os neoliberais fizeram neste país recentemente na política econômica, na política social e na política conduzida pelos neoliberais.

Por isso nós estamos comemorando o momento do anúncio desse programa de um milhão de casas para os trabalhadores com até dez salários mínimos: 400 mil casas para famílias com zero a três salários; 400 mil casas para famílias com três a seis salários; 200 mil casas para famílias com seis a dez salários. É assim que se constrói o país e é assim que se responde à crise.

Eu gostaria aqui também de manifestar a minha preocupação, como deputado, e temos somente um minuto ainda, com relação ao Código Ambiental. Na próxima semana vamos deliberar nesta Casa sobre o futuro de Santa Catarina no desenvolvimento econômico, social e ambiental. Eu não acredito no futuro de Santa Catarina, se não casar a produção econômica com a preservação ambiental. Há proposições mantidas do projeto original que se não forem modificadas, alteradas, efetivamente teremos profundas contradições e não aquilo que queremos, ou seja, defender a agricultura familiar, os pequenos agricultores, pensando nos pequenos municípios e no desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. Do contrário, vai se defender uma minoria aqui em Santa Catarina, achando e discursando que será em defesa da maioria do povo catarinense.

Com essas preocupações, nós vamos levantar vários artigos aqui que o parecer do relator precisa modificar, precisa transformar, porque senão nós estaremos mentindo para o povo de Santa Catarina ao dizer que vamos desenvolver de forma sustentável a economia e a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Solpesa) - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 010-DL, de 2009

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 18 de fevereiro de 2009.

Substitui o Deputado Lício Mauro da Silveira, na Comissão de Legislação Participativa, pelo Deputado Kennedy Nunes.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Cesar Souza Júnior

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Marcos Vieira

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Pedro Uczai

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Herneus de Nadal

Deputado Romildo Titon

Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Darci de Matos
 Deputado Marcos Vieira
 Deputado José Natal Pereira
 Deputado Décio Góes
 Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Sílvio Dreveck
 Deputado Manoel Mota
 Deputado Renato Hinnig
 Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Darci de Matos
 Deputado Nilson Gonçalves
 Deputado Pedro Uczai
 Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Adherbal Deba Cabral
 Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Ismael dos Santos
 Deputado Serafim Venzon
 Deputado Dirceu Dresch
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Romildo Titon
 Deputado Rogério Mendonça (Peninha)
 Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS,DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputado José Natal Pereira
 Deputada Ana Paula Lima
 Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Rogério Mendonça (Peninha)
 Deputado Genésio Goulart
 Deputado Ismael dos Santos
 Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Jean Kuhlmann
 Deputado José Natal Pereira
 Deputado Décio Góes
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Manoel Mota
 Deputado Adherbal Deba Cabral
 Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Cesar Souza Júnior
 Deputado Serafim Venzon
 Deputado Pedro Uczai
 Deputado Lício Mauro da Silveira
 Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Genésio Goulart
 Deputado Professor Grandó

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Darci de Matos
 Deputado Giancarlo Tomelin
 Deputada Ana Paula Lima
 Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Antônio Aguiar
 Deputado Genésio Goulart
 Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Jean Kuhlmann
 Deputado Giancarlo Tomelin
 Deputado Dirceu Dresch
 Deputado Joares Ponticelli
 Deputado Manoel Mota
 Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Professor Grandó

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado Serafim Venzon
 Deputado Pedro Uczai
 Deputado Sílvio Dreveck
 Deputado Herneus de Nadal
 Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Renato Hinnig
 Deputado Professor Grandó

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL,COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Nilson Gonçalves
 Deputada Ana Paula Lima
 Deputado Lício Mauro da Silveira
 Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Renato Hinnig
 Deputado Edison Andrino
 Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Cesar Souza Júnior
 Deputado Marcos Vieira
 Deputado Décio Góes
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Edison Andrino
 Deputado Renato Hinnig
 Deputado Professor Grandó

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Giancarlo Tomelin
 Deputado Pe. Pedro Baldissera
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Edison Andrino
 Deputado Adherbal Deba Cabral
 Deputado Darci de Matos
 Deputado Professor Grandó

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado Ismael dos Santos
 Deputado Nilson Gonçalves
 Deputado Pe. Pedro Baldissera
 Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Herneus de Nadal
 Deputado Genésio Goulart
 Deputada Professora Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 30 de março de 2009

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 615, de 24/03/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 007/2009, referente à aquisição de 600 (seiscentas) doses de vacina contra gripe, mono-dose, dose adulta e individual seringa preenchida, obteve o seguinte resultado:

Item Único -

Vencedora: MEIZLER BIOPHARMA S/A
 Valor do Último Lance: R\$ 8.700,00
 Florianópolis, 30 de março de 2009.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE
 PREGOEIRA

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 162/2009, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 004/2009A, referente à aquisição de um grelhador elétrico pra o restaurante da ALESC, obteve o seguinte resultado:

Item Único -

Vencedora: FERRARI & FERRARI COM. REP. ART. FOT. INF LTDA.
 Valor do Último Lance: R\$ 14.500,00
 Florianópolis, 31 de março de 2009.

VALTER EUCLIDES DAMASCO
 PREGOEIRO

*** X X X ***